



Flávia Pereira Martins

**NEM TERRORISTAS, NEM INGÊNUAS:  
AS CONTESTAÇÕES DE FEMINILIDADE NA DITADURA  
MILITAR**

Monografia apresentada à  
Graduação em História da PUC-Rio  
como requisito parcial para obtenção  
do título de licenciatura em História

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Larissa Rosa Corrêa

Rio de Janeiro,  
Junho de 2021

Às transgressoras  
Que vieram antes  
E que virão mais tarde.

## Agradecimentos

Agradeço à minha mãe, mulher que estimulou meus passos e me fortalece. Ao meu pai, que me proporcionou o que nunca lhe foi proporcionado ainda que isso significasse a abdicação de seu próprio conforto. Minha gratidão profunda a essas duas pessoas cujo amor infinito fará para sempre morada em meu coração.

À minha irmã, Flora, que chegou primeiro neste mundo para que eu pudesse brincar, sonhar e me inspirar junto. À minha irmã Olívia, que até o início da graduação sequer existia, provando que o melhor da vida vem de surpresa. Além desses, enfim, agradeço a toda minha família, profundamente.

À vida compartilhada com as inúmeras mulheres que fizeram da minha trajetória mais feliz e segura: Bibi, Tuti, Natalia, Dane, Lila e Carol. Agradeço também à Babi, Raissa e Taiana por atravessarem comigo, mesmo que virtualmente, essa difícil quarentena.

Às saudosas e inesquecíveis amizades de Ana Quiñonez, Busem Şenel, Eva Zara, Joelle Cotza, Viola Di Cuonzo e Mateus Sanches, que foram minha família no intercâmbio, me virando do avesso e me fazendo viver mil vidas em uma. Obrigada por partilharem comigo a vida boa.

A todos os amigos do Palácio Tiradentes, a quem serei para sempre grata. Em especial, à Bianca Bastos, Gabriella Naccarato e Luana Leão. Obrigada pela constante presença e por me fazerem ver o que eu jamais poderia ter visto sozinha.

Agradeço, também, àqueles que, felizmente, a PUC me uniu: Beatriz Veloso, Daniela Vidal, Gabriel Guedes e meus companheiros do PET. Minha gratidão em especial à Ana Clara Tavares, querida amiga que acompanhou cada um dos meus passos durante a faculdade, trazendo contribuição inestimável para o presente trabalho. Obrigada pela escuta ativa e pelas incontáveis sugestões, releituras e revisões.

À gentil e gigante amiga, professora, formadora, tutora e orientadora Larissa Correa, que desempenhou um papel fundamental na minha formação e é fonte de inspiração para muitas pessoas que, assim como eu, tiveram o privilégio de serem atravessadas por seu olhar sensível e fala assertiva. Obrigada por fortalecer minha voz.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em especial à Vice-Reitoria Comunitária, pela bolsa que possibilitou o meu ingresso na

graduação; ao Departamento de História e seus atenciosos funcionários pelo constante acolhimento; ao Ministério da Educação pela bolsa concedida para as atividades e pesquisas fomentadas no PET História, imprescindíveis para minha permanência no Ensino Superior e minha formação enquanto historiadora.

Por fim, meu desejo era que este trabalho fosse dedicado a todas aquelas que desafiaram e desafiam, explicitamente ou sutilmente, a moral e os bons costumes. Contudo, diante da tragédia que assola este país, fruto de uma pandemia associada a um projeto político moralizante, conservador e negacionista, dedico a presente monografia também à memória das tantas vítimas da pandemia do coronavírus, que, do início ao fim da escrita destas páginas, já somam mais de 500 mil mortes no Brasil.

**Resumo:**

A pesquisa intitulada “Nem terroristas, nem ingênuas: as contestações de feminilidade na Ditadura Militar” pretende analisar a forma como diferentes grupos de mulheres atuaram na Ditadura Militar (1964-1985), utilizando, em suas estratégias de resistência e luta, a instrumentalização das concepções morais do regime. Nesse sentido, é fundamental entender a “moral e os bons costumes” não apenas como palavras de ordem, mas, sim, como um projeto político vinculado à Doutrina de Segurança Nacional. A criação e implementação do ideário do “cidadão de bem”, alicerçado pela promulgação de diversas políticas que visavam a estruturação de uma mentalidade conservadora, revelam aspectos mais amplos da repressão, que buscou controlar, através de uma agenda moral, as sexualidades, masculinidades e feminilidades. Nesse contexto, a atuação de mulheres tanto na luta contra a ditadura, quanto em determinadas ações de apoio ao regime, significou a subversão dos valores morais vigentes, que tipificavam o feminino e destinavam as mulheres ao espaço privado, responsáveis pelos cuidados do lar, filhos e casamento. Essa percepção moral em torno da figura feminina foi utilizada como ferramenta de invisibilidade por diversas mulheres no período. Assim, os papéis sociais de gênero, que conferiam às mulheres passividade e domesticidade, se tornaram também um recurso de atuação política e de preservação da vida desses sujeitos.

**Palavras-chave:**

História das Mulheres; Ditadura Militar; Relações de Gênero; Moral e bons costumes; Política de gênero.

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo 1 - Pela moral e os bons costumes</b>	<b>12</b>
1.1 Os valores da “Revolução”	12
1.2 A “utopia autoritária”	16
<b>Capítulo 2 – Protagonismos femininos e moralidade</b>	<b>27</b>
2.1 Mulheres de Atenas	27
2.2 Subverter, resistir e existir	36
<b>Capítulo 3 - Zonas mudas: retratos de atuações femininas</b>	<b>44</b>
3.1 Encarando silêncios	44
3.2 De terroristas a ingênuas	49
<b>Conclusão</b>	<b>61</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>65</b>

## Introdução

Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu um período de intensa violência e de alargamento das desigualdades sociais com a vigência de uma Ditadura Militar.<sup>1</sup> Esse regime, instaurado após o golpe civil-militar de 1964, contou com o expressivo apoio de entidades civis, que, insufladas por uma agenda moral e pela propagação de um ideário anticomunista, participaram ativamente tanto do golpe, quanto da ditadura que o sucedeu. Naquele contexto, grupos de brasileiros viam no regime autoritário uma forma de preservação e restauração dos “valores” morais nacionais, além da possibilidade de eliminar a suposta ameaça comunista.

A intensa atuação de grupos femininos conservadores e anticomunistas foi fundamental na articulação do golpe e na construção desse regime autoritário. Isto porque, em uma conjuntura de pleno acirramento da Guerra Fria, as profundas mudanças de sociabilidade em curso foram acompanhadas com preocupação e aversão por parte destes setores. Estas mulheres que se colocavam como protetoras do lar, dos princípios cristãos e do futuro da nação, tiveram importante desempenho na esfera política, por se organizarem e fortalecerem a demanda pela instauração de um regime moralizante e anticomunista.<sup>2</sup>

Com a implementação da Ditadura Militar, em 1964, uma agenda moral, que já ecoava fortemente entre grupos conservadores da sociedade civil, se tornou política governamental. O autoritarismo não se limitou apenas a perseguir sujeitos que se colocavam abertamente contra sua vigência. A vida privada, o cotidiano e as questões comportamentais viraram também razão de Estado, que, mobilizando a

---

<sup>1</sup> Embora não haja um consenso na historiografia acerca da terminologia para se referir ao regime e ao golpe, neste trabalho optei pela utilização do termo “golpe civil-militar” para me referir ao movimento que derrubou o presidente João Goulart em 1964. Essa classificação está presente em “1964, A conquista do Estado”, de René Dreifuss, e aponta para a participação da sociedade civil no golpe. No que concerne ao regime autoritário instaurado em 1º de abril de 1964, utilizarei a expressão “Ditadura Militar”, pois apesar de considerar o fundamental apoio das empresas ao regime, esse aspecto não será o foco da minha análise. Esta terminologia é orientada, sobretudo, por Carlos Fico e seu “O golpe de 1964: Momentos decisivos”. Ver: FICO, Carlos. O golpe de 1964. Momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014. DREIFUSS, René Armand. 1964, a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>2</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

moralidade e sua complexa rede de informações e repressão, produzia dossiês sobre qualquer eventual suspeita de subversão.<sup>3</sup>

Sobre este aspecto, percebe-se que a agenda moral da ditadura ganhou um *locus* privilegiado de disseminação conjugado à narrativa do anticomunismo. Verifica-se a construção de uma narrativa baseada na ideia de que a moralização da sociedade brasileira seria importante, na medida em que combateria os inimigos da nação: o comunismo, a barbárie, a subversão e o terrorismo. Dessa maneira, a Ditadura Militar tornou a moralidade como objeto de Segurança Nacional, utilizando-a como arma política,<sup>4</sup> e que encontrava apoio nos setores mais conservadores da sociedade, os quais se uniam diante de valores tradicionais da ordem do cotidiano.

Observa-se que discursos redentores de defesa da Segurança Nacional, do combate ao comunismo e da proteção às instituições cristãs, tais como a família, religião, moral e os bons costumes, foram, frequentemente, proclamados para justificar a ditadura, suas diretrizes e práticas. Esses valores ideológicos moralizantes foram difundidos por meio de diferentes instituições, desde as disciplinas escolares de Educação Moral e Cívica às entidades governamentais, como a polícia política e judiciária, os órgãos de censura e propaganda política e as instituições de espionagem e vigilância, que produziram e reproduziram uma política de regulação moral.

No esforço de intensificação dos ditames morais, o controle da normatividade de gênero recebeu grande atenção. Ideais de masculinidade e feminilidade foram fortalecidos, tornando-se ideais do novo projeto de nação. No que concerne às mulheres, a ditadura buscou fortalecer sua posição já existente de domesticidade por meio de veículos de comunicação e políticas repressivas específicas. Assim, a ideia da maternidade, dos cuidados familiares e da idolatria ao marido foram associados a condutas morais a serem seguidas, enquanto comportamentos femininos que não estivessem em consonância com essa gramática

---

<sup>3</sup> QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

<sup>4</sup> COWAN, Benjamin. *Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil*. University of North Carolina Press, 2016.

social eram considerados condenáveis, sendo, muitas vezes, interpretados como subversivos.<sup>5</sup>

Paralelamente à repressão e aos discursos moralizantes, a ascensão de mulheres no espaço público durante a Ditadura Militar, sobretudo sua atuação política na luta contra o regime, apresentou-se como um elemento duplamente desestabilizador da ordem vigente. Naquelas circunstâncias, figuras femininas envolvidas em atividades políticas eram consideradas, além de antagonistas à ditadura, transgressoras dos valores morais e patriarcais. Portanto, aos olhos do Estado repressivo, mulheres inseridas em atividades políticas contra o regime eram seres desviantes e subversivos, além de inimigas da instituição familiar e, logo, da Segurança Nacional.<sup>6</sup>

Nesse contexto, a estruturação e o fortalecimento da imagem feminina associada ao espaço do lar se fizeram presentes em diversas camadas da burocracia estatal. Se, por um lado, mulheres que atuavam abertamente contra a ditadura eram estigmatizadas e rotuladas enquanto “terroristas”, “putas” e “subversivas”, por outro eram frequentemente reduzidas a estarem buscando atenção de homens ou agindo de acordo com as ordens de seus companheiros.<sup>7</sup>

Esse silenciamento e subestimação de figuras femininas, contudo, engendrou um significativo ônus àqueles que os idealizaram: nas diferentes esferas do cotidiano e das instituições do Estado, mulheres souberam se utilizar da ética moralizante da ditadura como ferramenta de autopreservação e atuação política. Dessa maneira, muitas militantes buscaram se apropriar dos valores patriarcais do regime, transformando-os em uma ação de proteção às suas próprias vidas. Assim, os papéis sociais de gênero que designavam mulheres à domesticidade, possibilitaram certas “ações invisíveis”.<sup>8</sup>

Por outro lado, muitas trajetórias femininas na luta contra a Ditadura Militar foram, se não silenciadas, minimizadas. Isso porque, as diversas mulheres que alegaram ter se engajado na resistência política por amor ao namorado ou ao pai, ou, ainda, total desconhecimento das consequências e dimensões de seus atos, não

---

<sup>5</sup> COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. OPSIS, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015.

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> RIBEIRO, Maria Claudia Badan. Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN. São Paulo: Alameda, 2018.

<sup>8</sup> Ibid.

têm suas reais militâncias representadas nas fontes produzidas pelo aparelho repressivo. Faz-se, portanto, importante resgatar o pano de fundo no qual diversas figuras femininas agiram contra um regime moralizante que buscava excluí-las enquanto seres combativos, tematizando o silêncio como prática de enfrentamento.

Nesse sentido, o presente trabalho buscará mapear lacunas referentes às relações de gênero e à moralidade no período da Ditadura Militar brasileira. A pesquisa visa complexificar trajetórias femininas tanto na luta contra o regime autoritário, quanto aquelas que apoiaram sua vigência, vinculando tais experiências ao operador ideológico moralizante da ditadura. Para tanto, é importante apontar a existência de uma agenda moral insuflada por anseios antigos de setores conservadores da sociedade civil, que viam no regime um empreendimento de combate ao comunismo e de purificação social por meio da moral e dos bons costumes.

Como ponto de partida, será abordado, no primeiro capítulo, as noções de “moral e os bons costumes” da Ditadura Militar não apenas como palavras de ordem, mas, sim, como um operador ideológico imprescindível na sustentação e manutenção do regime autoritário. A criação do imaginário de um “cidadão de bem”, acionado por uma série de políticas institucionais que visavam a estruturação de uma mentalidade conservadora, revelam aspectos mais amplos da repressão, como seu projeto de regulação dos campos dos costumes, gênero, sexualidades e afetos. Dessa maneira, nesse capítulo será privilegiada a discussão acerca da agenda moral do regime e sua relação com grupos conservadores da sociedade civil, que, a favor da “moral e os bons costumes”, demandaram pela construção de um Estado moralizante.

O segundo capítulo, por sua vez, terá como objetivo compreender, por meio de uma perspectiva de gênero, como os dispositivos de controle da Ditadura Militar influenciaram a atuação de mulheres no apoio e na luta contra o regime autoritário. Para tal, serão abordadas as mudanças de sociabilidade em curso, que multiplicaram os referenciais de feminilidade e ampliaram seu espaço de atuação na esfera pública. Será discutida a hipótese de que esse cenário teria sido incompatível com o ideal de feminilidade de grupos conservadores e da própria ditadura, que destinavam às mulheres um papel de subserviência ao marido, aos cuidados do lar e aos filhos. Nesse sentido, a inserção daquelas mulheres que lutavam contra o regime autoritário teria significado a subversão da agenda moral vigente.

O capítulo final fará o mapeamento de trajetórias femininas que foram minimizadas pela documentação produzida pelo aparelho repressivo da Ditadura Militar. Serão postuladas atuações de mulheres, tanto do apoio, quanto da oposição ao regime, que souberam instrumentalizar as concepções de moralidade e feminilidade vigentes. Busca-se complexificar o repertório de enfrentamento dessas figuras durante a ditadura, uma vez que essas militâncias políticas nem sempre correspondem às documentações produzidas pelo regime. Aqui, o silêncio, a encenação, a mentira e a invisibilidade serão tematizadas enquanto práticas de resistência política.

## Capítulo 1 - Pela moral e os bons costumes

### 1.1 - Os valores da “Revolução”

Em março de 1964, uma série de manifestações tomou conta das ruas de São Paulo. O movimento conhecido como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” reunia setores conservadores das classes médias, do empresariado e da Igreja Católica. A aliança entre estes grupos se colocava a favor da deposição de João Goulart, o então presidente da República, que dias antes havia realizado um comício no Rio de Janeiro anunciando seu programa de reformas de base. Em poucas semanas, outras cidades brasileiras repetiram a iniciativa contra Goulart, somando quase 50 marchas que entre março e junho de 1964 levaram milhões às ruas, sendo decisivas na consolidação do golpe civil-militar de abril de 1964.<sup>9</sup>

Esses movimentos de oposição ao governo Goulart contaram com o expressivo apoio e organização de entidades femininas como a União Cívica Feminina, em São Paulo; a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), no Rio de Janeiro; a Liga das Mulheres Democráticas, em Belo Horizonte; a Cruzada Democrática Feminina, em Recife; a Associação Democrática Feminina, em Porto Alegre, entre muitos outros. Articulados com setores da Igreja Católica e do empresariado, estes grupos foram às ruas proferindo palavras de ordem não apenas contra o governo Goulart, mas sobretudo em defesa da família cristã, da moral e dos bons costumes, estruturas estas que conforme o discurso de atores conservadores da conjuntura estariam sendo ameaçadas pelo comunismo internacional.<sup>10</sup>

Ainda que algumas interpretações historiográficas tenham tendido a personalizar o golpe em torno da figura de Goulart, a campanha por uma intervenção militar em 1964 foi resultado de diferentes processos que precederam o mandato presidencial de Jango. Cabe aqui ressaltar a existência de um acirramento político já em curso que pode ser observado inclusive nas tentativas de golpes apoiadas por diferentes grupos antes mesmo de 1964, como foi o caso das

---

<sup>9</sup> PRESOT, Aline. Celebrando a ‘Revolução’: as marchas da família com Deus pela liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no Século XX – Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>10</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

conspirações em 1954 contra Getúlio Vargas, e das conseguintes em 1955 e 1961.<sup>11</sup> Dentre as múltiplas diferenças entre tais eventos, pode-se afirmar que uma das disparidades é referente à grande extensão da base de apoio por parte da sociedade civil, que em 1964 foi às ruas no golpe civil-militar.<sup>12</sup>

No que concerne às especificidades do período, a chamada “crise moral” e a “ameaça vermelha” ganharam centralidade no discurso contrário ao então presidente João Goulart. Sobre este aspecto, Jorge Ferreira reflete que uma campanha fundamentada na histeria anticomunista mobilizou diversos grupos da sociedade a acreditar que Jango comunizaria o país. Empresários, militares, religiosos, profissionais liberais, sindicalistas e trabalhadores formaram uma ampla oposição contra Goulart, que acabou tendo seu governo derrubado em 1964.<sup>13</sup> Nesse sentido, embora a ditadura não estivesse prevista no golpe, sendo construída por meio de embates no bojo das Forças Armadas e apoiada por setores do empresariado e de demais grupos, o elemento que deu coesão e unidade tanto ao golpe civil-militar quanto a posterior implementação do regime ditatorial foi a ideia do combate ao comunismo.<sup>14</sup>

É importante salientar que a paranoia anticomunista não está circunscrita apenas ao período do golpe e da ditadura, sendo tônica de incansáveis discursos sobretudo a partir dos anos 1930.<sup>15</sup> O que é particular na narrativa da conjuntura de 1964 é a gradação das alegações de uma suposta “ameaça vermelha”, que em um contexto de acirramento da Guerra Fria (1947-1991) se perpetuou fortemente por meio de diferentes atores e das formas mais variáveis, alcançando vigorosamente setores da sociedade civil. Desta maneira, ainda que a histeria anticomunista precedesse o evento do golpe e da futura ditadura, tal discurso tem notória intensificação na década de 1960, no período de forte polarização política e ideológica da Guerra Fria.

---

<sup>11</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>12</sup>Ibid.

<sup>13</sup>Ibid.

<sup>14</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). O Brasil republicano. O tempo do regime autoritário. Ditadura militar e redemocratização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

<sup>15</sup> FERREIRA, Jorge, 2003, op. cit.

A criação e instauração de uma paranoia referente a comunização do Brasil foi um esforço proveniente de uma rede composta por múltiplas instituições, dentre elas, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado em agosto de 1961. Financiado e apoiado por influentes empresas multinacionais, grupos de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), associações norte-americanas e europeias e pelo próprio governo dos Estados Unidos, o IPES foi uma das grandes entidades conspiratórias do golpe de 1964. Sua frente de atuação se deu através de estratégias variadas que buscaram a desestabilização da política nacional e a disseminação de propagandas anticomunistas.<sup>16</sup> Segundo Heloisa Starling,

O IPES reunia a nata do empresariado brasileiro, além dos diretores de empresas multinacionais com atuação no país, dirigentes das principais associações de classe empresariais, militares, jornalistas, intelectuais e um grupo de jovens tecnocratas. O que os unificava num mesmo background ideológico eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e o propósito de subsidiar um novo projeto de governo e de desenvolvimento para o país, aberto ao fluxo do capital internacional e com vocação autoritária. Era uma organização de ingresso controlado e vida dupla. De público, tratava-se de uma instituição de orientação política conservadora voltada à realização de estudos e debates sobre a realidade brasileira. Seus membros estavam ostensivamente envolvidos em atividades de produção intelectual e de divulgação que contemplavam desde a publicação, edição, tradução e distribuição de livros, revistas e folhetos, a realização e veiculação de filmes de propaganda e documentários até a realização de palestras e pesquisas sobre a realidade brasileira.<sup>17</sup>

Outro organismo que atuou fortemente na conspiração do golpe foi o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em maio de 1959, no Rio de Janeiro. Esta instituição conservadora teve como diretor Ivan Hasslocher, agente de ligação entre CIA e países como Brasil, Bolívia e Equador, que agia sob influência dos interesses norte-americanos no país. Foi a partir de 1961, com a posse do presidente João Goulart, que o IBAD reforçou seu desempenho na disseminação de propagandas anticomunistas e de oposição ao governo Jango. Esta entidade teve também extensiva participação nas eleições de 1962, financiando ilegalmente com cerca de 5 bilhões de cruzeiros mais de 250 candidatos a deputados federais, 8 candidatos a governadores e 600 deputados estaduais.

---

<sup>16</sup> DREYFUSS, Rene Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981, capítulo VII.

<sup>17</sup> STARLING, Heloisa. Golpe militar de 1964. *Brasil Doc*. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>>. Acesso em: 28 de março de 2021.

Segundo Starling, a empreitada do IBAD no patrocínio de candidatos às eleições de 1962 tinha seus recursos provenientes de entidades como CIA, multinacionais e outros associados ao capital estrangeiro e fontes governamentais estadunidenses<sup>18</sup> O objetivo desta ilegalidade seria justamente a construção de uma “frente parlamentar oposicionista no Congresso, emperrar o governo e abrir caminho para o golpe”. A única exigência feita pela entidade, portanto, era a de ter “a integral disposição oposicionista por parte do candidato e sua disposição de caso eleito, engrossar as fileiras da Ação Democrática Parlamentar”.<sup>19</sup>

Desta maneira, tanto o IBAD quanto o IPES exerceram influência na conjuntura política brasileira antes e após o golpe civil-militar. Através de uma extensa campanha que contou com múltiplas frentes de atuação, estes órgãos buscaram criar um cenário propício para o golpe, de modo a conter as reformas nacionalistas em curso e desestruturar as esquerdas brasileiras, que seriam uma ameaça tanto às elites econômicas quanto aos interesses norte-americanos em um contexto de Guerra Fria. Perpetuando seus interesses pela opinião pública, estas entidades conquistaram apoio de diferentes grupos no movimento sindical, na Igreja Católica, na Imprensa, no Movimento Estudantil, nas Forças Armadas, nas classes médias e outros.

É importante, contudo, compreender o período do golpe civil-militar e da ditadura para além das conspirações das grandes instituições, considerando o papel imprescindível dos civis na construção do regime. Nesse sentido, Janaína Cordeiro aponta que a ditadura não se estabeleceu apenas por meio de seus instrumentos repressivos, tendo sido também “produto de parcelas significativas da sociedade e, em certa medida, uma demanda destas”.<sup>20</sup> É necessário, portanto, analisar a atuação de grupos da sociedade civil, atribuindo-lhes autonomia como alternativa a chaves interpretativas onde categorias como “cooptação” e “manipulação” exercem protagonismo.

---

<sup>18</sup> STARLING, Heloisa. Golpe militar de 1964. *Brasil Doc*. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-19>>. Acesso em: 28 de março de 2021.

<sup>19</sup> STARLING, Heloisa. Golpe militar de 1964. *Brasil Doc*. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>>. Acesso em: 28 de março de 2021.

<sup>20</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 23.

Desta maneira, ainda que grupos de oposição a Goulart como a CAMDE estivessem associados a grandes entidades e ao próprio IPES, sua atuação não se limitou ao instituto. Muitos dos que foram às ruas no ano de 1964 contra a “ameaça comunista”, foram mobilizados sobretudo por uma agenda de valores conservadores que crescia no Brasil simultaneamente às mudanças de sociabilidade em curso.

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” insuflou anseios antigos de grupos conservadores, atualizando uma reação contrária também às transformações culturais decorrentes de um processo de urbanização e modernização do país. Assim, uma das maiores manifestações públicas da história política brasileira não esteve circunscrita às Reformas de Base do Governo Goulart. As marchas se colocavam de maneira incisiva, sobretudo, contra os novos costumes, que naquela conjuntura foram associados por grupos conservadores ao comunismo, e que abalaram as relações tradicionais das agitados décadas de 1950 e 1960.<sup>21</sup>

## **1.2 - A “utopia autoritária”**

Se o golpe civil-militar foi marcado por um discurso de combate ao comunismo, a ditadura que o sucedeu se ancorou em uma narrativa análoga, sendo estruturada e defendida a partir da mesma elaboração discursiva. Embora a existência de uma crise política, econômica e social fosse acionada com frequência para justificar o regime, “o que se evidencia é que o anticomunismo foi a argamassa a dar unidade para a decisão do golpe e a posterior implantação da ditadura”.<sup>22</sup>

No que concerne às características do regime ditatorial que vigorou no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, Enrique Padrós aponta para o papel imprescindível da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Segundo o autor, este elemento constituiu o corpo doutrinário do regime, se consolidando enquanto modelo de diretrizes presentes nas ditaduras latino-americanas. A DSN rejeitava a

---

<sup>21</sup>QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

<sup>22</sup>D'ARAÚJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil republicano. O tempo do regime autoritário. Ditadura militar e redemocratização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 11.

ideia da divisão da sociedade em classes, uma vez que esta seria conflituosa com a concepção de unidade política, elemento basilar da doutrina. Em síntese, qualquer compreensão que apontasse para antagonismos sociais era identificada enquanto nociva aos interesses da nação, e logo, deveria ser combatida.

Enrique Padrós ressalta, ainda, que a Doutrina de Segurança Nacional mobilizou a ideia do “inimigo interno”. Segundo o autor, este sujeito estaria associado ao comunismo, barbárie, subversão e terrorismo, representando uma ameaça à unidade nacional à medida que não compartilharia dos valores morais e cívicos postos pelo Estado. O inimigo interno representaria, portanto, um elemento desestabilizador da ordem.<sup>23</sup> Sobre este aspecto, Padrós aponta que a DSN,

[...] justificou e materializou a aplicação da política de contra-insurgência na região, para enfrentar o “inimigo interno” que impedia a unidade nacional e era portador de ameaçadoras “ideologias estranhas”. A contra-insurgência foi a forma de enfrentar o desafio da “guerra interna”. Essa opção implicou assumir como meio a força e a violência, utilizadas sistemática e racionalmente com o intuito de aniquilar as diferenças e reestruturar a unidade política em detrimento do direito e do consenso da negociação política.<sup>24</sup>

Nessa perspectiva, a DSN buscou legitimar a ditadura à medida que reafirmava o perigo de uma suposta ameaça à nação. Em defesa da unidade nacional, do combate ao comunismo e veladamente dos interesses dos Estados Unidos, a violência foi utilizada pelo regime como meio de aniquilar as diferenças e reestruturar a hegemonia política. Esse mecanismo sangrento de enfrentamento tomou a forma de Terror de Estado<sup>25</sup>, assumindo uma política de contra insurgência. Nesse contexto, o Estado “se configurou como macro instrumento repressivo que, variando de grau de violência nos diversos países do Cone Sul, deixou, como marca comum, a supressão das instituições democráticas”.<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup>PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). Ditadura e Democracia na América latina. Balanço Histórico e Perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

<sup>24</sup>Ibid., p. 149.

<sup>25</sup> Sobre o Terror de Estado, Enrique Padrós aponta para o uso de métodos não convencionais na eliminação de toda e qualquer oposição política: desde tortura, esquadrão da morte, desaparecimento e internacionalização do sistema repressivo. O TDE seria abrangente, prolongado, indiscriminado, retroativo, preventivo e extraterritorial: atingiu todos os setores da sociedade; durou até o final das ditaduras, não teve limites ideológicos, profissionais, religiosos, de classe ou de idade na escola de alvos; vasculhava o passado das pessoas; criou a cultura do medo, que combateu as redes de solidariedade, isolando as vítimas e perseguindo os opositores além das fronteiras nacionais.

<sup>26</sup>Ibid., p. 150.

A ideia de nação e de pátria passaram a ser compreendidas como uma unidade e a educação se tornou um dos meios de divulgação dessas premissas e dos elementos da DSN em geral. Somadas às medidas repressivas, as práticas autoritárias eram características da doutrina, que atuou instaurando seus programas e normas disciplinares. Assim, como dito anteriormente, todos aqueles que destoavam ideologicamente do programa da doutrina nacional eram considerados subversivos e, por conseguinte, associados ao comunismo.

Carlos Fico aponta que a criação de uma comunidade de informações e de segurança no bojo do regime autoritário buscou controlar a sociedade, transformando a ditadura e seus apoiadores nos verdadeiros “guardiões dos fundamentos da ‘Revolução’”. Esse empreendimento não tinha apenas o objetivo de munir o regime de informações, mas de legitimar a repressão por parte do Estado. Nesse sentido, a ditadura buscou fortalecer a narrativa da “crise moral”, como pertencente a um plano subversivo do “movimento comunista internacional” cujos propósitos seriam destruir as famílias tradicionais, corromper a juventude e disseminar subversão.<sup>27</sup>

Se justificando enquanto defensor da sociedade perante os intentos de degradação moral provenientes do comunismo, o Estado construiu fronteiras imaginárias, muitas vezes por meio de acionamentos morais, com o intuito de firmar um projeto de nação. Em 1975, Cid Furtado, então deputado do Arena, argumentou em uma discussão na Câmara Federal a respeito do divórcio: “desenvolvimento e segurança nacional não se estruturam apenas com tratores, laboratórios ou canhões. Por detrás de tudo isso está a família, una, solidária, compacta, santuário onde pai, mãe e filhos plasmam o caráter da nacionalidade”.<sup>28</sup> A alegação de Furtado expressa uma dimensão do regime ditatorial muitas vezes ignorada: seu projeto de regulação moral.

Em uma conjuntura marcada por profundas mudanças de sociabilidades tais como a liberação sexual, o alargamento da presença feminina no mundo do trabalho, a significativa presença da juventude no espaço urbano e as aparições públicas de homossexuais e travestis cada vez ostensivas, a vida privada tornou-se

---

<sup>27</sup>FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, Dec. 2002.

<sup>28</sup>QUINALHA, Renan. Dossiê O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. *Revista Cult*, 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-o-movimento-lgbt-brasileiro-40-anos-de-luta/>>. Acesso em: 28 de março de 2021.

objeto de uma política de Estado.<sup>29</sup> Com a pretensão “de totalidade e de alcance absoluto de todas as dimensões da vida social”<sup>30</sup>, a ditadura militar não foi orientada apenas pela supressão das instituições democráticas, direitos e liberdades, mas implementou no corpo social, político e individual “um verdadeiro laboratório de subjetividades para forjar uma sociedade à sua própria imagem”<sup>31</sup>.

De acordo com Renan Quinalha, essa pretensão de totalidade tratou-se de uma verdadeira “utopia autoritária”<sup>32</sup>, estruturada por um aparato complexo e funcional com diferentes camadas de repressão e controle. As questões comportamentais foram centrais a este projeto, que implementou extensivamente uma política de controle da dimensão sexo-gênero, mobilizando sobretudo a moral e os bons costumes. Nesse sentido, embora o Estado não fosse a única entidade capaz de normatizar ou estigmatizar narrativas e práticas sexuais, “sem dúvidas, durante a ditadura, ele se tornou um locus privilegiado de irradiação de regras proibitivas e licenças permissivas em relação às sexualidades”<sup>33</sup>, exercendo um papel substancial ao estabelecer quais condutas seriam aceitáveis ou não.<sup>34</sup>

Assim, discursos que mobilizavam a segurança nacional, a família, a religião, o comunismo, a moral e os bons costumes foram frequentemente proclamados para justificar a ditadura, suas diretrizes e práticas. Estudos mais recentes sobre o período vêm aberto possibilidades a reflexões de dimensões referentes a este aspecto do regime em consonância com categorias como raça, sexualidades e performances de gênero. Na avaliação de Quinalha estes novos olhares são importantes pois,

[...] Apesar dos fartos elementos que sugerem ser promissora a reflexão sobre o cruzamento entre regimes autoritários e regulação das sexualidades, a literatura sobre a ditadura brasileira concentrou-se em destacar aspectos mais traumáticos e

---

<sup>29</sup> A ocupação da moralidade por parte do Estado não teve início com a Ditadura Militar, remontando a períodos anteriores. No que concerne ao Brasil republicano, diferentes governos foram marcados pelo intento de moralização da sociedade, sendo as maiores expressões dessa agenda, Jânio Quadros e Getúlio Vargas. Ver: Alcir Lenharo. “A pátria como família”. Capítulo 1. In: A sacralização da política. p.19 a 52.

<sup>30</sup>QUINALHA, Renan Honorio. Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 28.

<sup>31</sup>Ibid., p. 28.

<sup>32</sup>Ver mais sobre “utopia autoritária” em: Maria Celina D’Araujo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares. Cf.: D’ARAUJO, M. C. et al. (Orgs.) Visões do golpe: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 9.

<sup>33</sup>QUINALHA, Renan Honorio. Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 24.

<sup>34</sup>Ibid.

clandestinos da repressão estatal contra dissidentes estritamente políticos. Tal postura pode ser compreendida considerando a gravidade das práticas de violência estatal durante o período, mas acabou, muitas vezes, reforçando uma representação do Estado como instituição fortemente monolítica e centralizada. Por outro lado, contribuiu, ainda, para a construção de uma narrativa da convivência de uma repressão política dura e um controle moral brando, a emergência da contracultura ou do “desbunde”, deixando uma impressão de que a ditadura teria sido tolerante ou condescendente com a evolução dos costumes e com a liberdade sexual que se impuseram naquele momento.<sup>35</sup>

Nesse sentido, a produção de pesquisas marcadas por recortes sociais negligenciados por muito tempo aponta para a urgência de complexificar tanto a repressão quanto a subversão na ditadura militar. Estas novas interpretações vêm multiplicando as narrativas sobre os embates políticos no período, que tenderam a se centrar nas dimensões parlamentar ou da luta armada enquanto de maneira geral, “temas comportamentais, discussões de gênero e questões sexuais, considerados assuntos de ordem moral, não receberam a devida atenção ou, quando muito, foram analisados como fenômenos sem estatuto próprio”.<sup>36</sup>

Dentre os estudos que buscaram compreender os contornos próprios da repressão e da moralidade na ditadura militar, destaca-se o trabalho de Benjamin Cowan em *“Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil”*. Em sua pesquisa, Cowan aponta o uso da moral enquanto um projeto político que serviu ao anticomunismo no contexto da Guerra Fria. Por conseguinte, a narrativa do regime militar em torno da moralidade teria sido usada enquanto arma política, encontrando apoio nos setores mais conservadores da sociedade que se uniam diante de valores cristãos e tradicionais presentes no cotidiano.<sup>37</sup>

O autor indica ainda a existência de uma “moralidade institucional”, onde a educação sexual era condenada como ameaça aos estudantes, que deveriam ter em seus currículos escolares uma grade que combatesse a “corrupção sexual”. Desta maneira, a institucionalização de um programa moralista e anticomunista nas escolas se fez presente através da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC),

---

<sup>35</sup>QUINALHA, Renan Honorio. Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 23.

<sup>36</sup>Ibid., p. 23.

<sup>37</sup>COWAN, Benjamin. *Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil*. University of North Carolina Press, 2016.

que segundo Cowan se tratava de uma propaganda do regime no interior das instituições de ensino.<sup>38</sup>

Os valores morais e ideológicos da Ditadura Militar, que serviam à Doutrina de Segurança Nacional, foram disseminados entre diversas gerações de crianças e jovens através da Educação Moral e Cívica, implementada durante o “Estado Novo” (1937-1945), e retomada aos currículos das escolas em 1969. A EMC tinha como função estabelecer a moral e o civismo brasileiro, exaltando a pátria e disseminando os valores cristãos. Por meio da institucionalização da disciplina, o governo militar buscou construir seu próprio imaginário, produzindo um modelo de pátria, cidadãos e família.<sup>39</sup>

O conteúdo presente nos livros didáticos da disciplina girou em torno de três temas principais: o civismo, a moral e o Estado brasileiro. Estes três pilares eram discutidos através de questões referentes à cidadania, patriotismo, nacionalismo e trabalho. Além disso, existia no currículo da EMC a formação da sociedade brasileira, sua realidade, família e religião.<sup>40</sup> De acordo com a Comissão Nacional de Moral e Civismo<sup>41</sup>, o civismo deveria ser compreendido como uma virtude moral e a moral, por sua vez, foi relacionada indiretamente com preceitos cristãos. Portanto, as discussões acerca do civismo e da moralidade não se debruçaram em debates históricos ou sociológicos, sendo consideradas como virtudes universais, resultando na produção de uma dicotomia entre bem e mal que fortalecia a ideia de “inimigo comum”: o comunismo.<sup>42</sup>

O empreendimento do regime ditatorial na difusão de um projeto de moralidade e de controle da dimensão sexo-gênero não se deu apenas nas instituições de ensino. Paralelamente, entidades governamentais como a polícia política e judiciária, órgãos de censura e propaganda política, instituições de espionagem e vigilância produziram e reproduziram uma política de regulação

---

<sup>38</sup>COWAN, Benjamin. *Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil*. University of North Carolina Press, 2016..

<sup>39</sup>FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. *Hist. Educ.* Santa Maria, v. 19, n. 45, p. 85-102, Apr. 2015.

<sup>40</sup>ALMEIDA, Djair Lázaro de. *Educação moral e cívica na Ditadura Militar: um estudo de manuais didáticos*. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade de São Carlos. São Paulo, 2009.

<sup>41</sup> Em 1970 foi criada a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) que tinha como objetivo discutir e implantar os conteúdos obrigatórios nas cadeiras de Educação Moral e Cívica. Além disso, a CNMC foi responsável pela manutenção e fiscalização da doutrina da matéria nas escolas.

<sup>42</sup>FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. *Hist. Educ.* Santa Maria, v. 19, n. 45, p. 85-102, Apr. 2015.

moral. O aparato repressivo e regulador da ditadura tinha como objetivo purificar a nação dos elementos tidos como perigosos pelo regime.<sup>43</sup> Sua construção se deu de maneira progressiva, de acordo com as disputas e negociações conjunturais e “a partir de diferentes vértices, conjugando organismos de controle moral preexistentes com outras agências criadas sob inspiração da ‘doutrina de segurança nacional’”.<sup>44</sup>

Aqui, é importante salientar o esforço da ditadura em articular seus órgãos repressivos de modo a diminuir as tensões e potencializar ações conjuntas, uma vez que existiam disputas tanto entre estas entidades como entre funcionários de uma mesma instituição.<sup>45</sup> Sobre a multiplicidade desta burocracia estatal, Renan Quinalha aponta que a existência de certa autonomia dos órgãos de controle do regime se apresentava enquanto desafio para a atuação de um Estado autoritário.

Embora esse complexo aparato tenha assumido diferentes formas durante o regime e suas variadas instituições tenham dificultado a existência de uma lógica repressiva inteiramente coerente e monolítica, um fio condutor possibilitou essas entidades se articularem entre si de forma minimamente coesa. As múltiplas violências planejadas e praticadas pelo Estado atestam certa cooperação e coerência nessa rede repressiva, que desempenhou um papel extensivo de controle e perseguição.<sup>46</sup>

A ditadura não se limitou em perseguir apenas sujeitos que se colocavam abertamente contra o regime. A vida privada, o cotidiano e as questões comportamentais viraram também razão de Estado, que mobilizando a moralidade e sua complexa rede de informações e repressão produzia dossiês sobre qualquer eventual suspeita de subversão. Assim, a sexualidade e as performances de gênero se tornaram também alvo da segurança nacional.

Sobre este aspecto, James Green aponta para uma presença cada vez mais desinibida de prostitutas, travestis e homossexuais nos centros urbanos, cenário que teria gerado incômodo entre grupos conservadores da sociedade civil e o próprio

---

<sup>43</sup>QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

<sup>44</sup>Ibid., p. 29.

<sup>45</sup>Ibid..

<sup>46</sup>FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, Dec. 2002.

regime.<sup>47</sup> Sob a justificativa de purificar e proteger a nação, a ditadura militar perseguiu ora explicitamente, ora veladamente aqueles corpos cuja identidade de gênero e sexualidade não eram normativos. Assim, em diversas ocasiões, o regime culpabilizou estes indivíduos pela repressão incidida sobre eles, como transparece no discurso do delegado que proibiu a entrada de travestis no carnaval de 1971 alegando que “os homossexuais não pod[iam] ser proibidos de entrar no baile público, desde que se comport[assem] convenientemente”.<sup>48</sup>

Nesse contexto, a política sexual da ditadura aprofundou os estigmas em relação a estes sujeitos, classificando-os enquanto agentes subversores da moral e dos bons costumes. Este elemento é o cerne de “Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)”, trabalho o qual Renan Quinalha analisa os contornos das perseguições às sexualidades dissidentes por parte da ditadura militar. Segundo o autor, o projeto de moralidade sexual imposto pelo regime a partir das agências de controle social, das comunicações e dos demais mecanismos de divulgação, resultaram em uma abundância de discursos que normatizaram a sexualidade à dimensão da moral e dos bons costumes. Desta maneira, a identidade homossexual foi negatizada e estigmatizada por parte de uma política repressora de Estado.<sup>49</sup>

Renan Quinalha ainda salienta que a política sexual da Ditadura Militar não esteve circunscrita a extinguir fisicamente aqueles grupos de sexualidade dissidentes da mesma maneira que executava com subversores “políticos”. A atuação do regime se centrou antes em,

reforçar o estigma contra os homossexuais, “dessexualizar” o espaço público expulsando estes segmentos e impelir, para o âmbito privado, as relações entre pessoas do mesmo sexo. A função da ditadura era atirar, para a invisibilidade, corpos e coletivos que insistiam em reivindicar o reconhecimento de seus direitos e liberdades. Sem sombra de dúvidas, a ditadura deixou um terreno fértil para que práticas de abusos e violências contra homossexuais fossem cometidas por agentes públicos, dado a falta de limites e até mesmo a presença de estímulos a tal.<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup>GREEN, James Naylor. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo, Unesp, 2000.

<sup>48</sup> GREEN, James Naylor. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo, Unesp, 2000, p. 369

<sup>49</sup>QUINALHA, Renan Honorio. Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

<sup>50</sup>Ibid., p. 318.

Nessa perspectiva, o regime ditatorial se empenhou em interditar e silenciar sujeitos homossexuais, através da criação e intensificação de discursos normativos acerca de como mulheres e homens deveriam se comportar no campo da sexualidade e da vida privada.

É importante salientar que a presença de uma política de padrões de moralidade sexual no espaço público brasileiro não é uma exclusividade do regime. A ostensiva discriminação sobre os grupos de sexualidade dissidentes remonta a períodos anteriores, onde discursos religiosos, criminológicos, legais e médicos produziam uma normatização específica das sexualidades em cada conjuntura. No entanto, é imprescindível compreender as manifestações e determinações específicas de cada contexto histórico em relação à regulação dos “desvios” sexuais e de gênero.<sup>51</sup>

Ainda que os discursos morais tenham sido usados como arma política durante todo o período ditatorial<sup>52</sup>, os contornos próprios de repressão às sexualidades e performances de gênero dissidentes se intensificaram a partir da década de 1970. Naquele contexto, a derrota da luta armada teria gerado a transferência dos esforços das operações repressivas, que passaram a se concentrar no projeto de purificação moral nacional. Apoiado pelos setores conservadores da sociedade civil e grupos religiosos, o regime reforçou e ampliou as políticas institucionais de combate aos subversivos da moral e dos bons costumes.

Em 26 de janeiro de 1970, o Decreto-lei 1.077/70, baixado pelo general Médici, instituiu a censura prévia à imprensa, proibindo publicações e exteriorizações que fossem contrárias à moral e aos bons costumes. Nas considerações do documento, afirma-se que a norma visa “proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade” e acrescenta que “o emprêgo dêesses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.”<sup>53</sup> Assim, livros, manifestos, folhetos e materiais pornográficos foram incinerados quando

---

<sup>51</sup>QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

<sup>52</sup>COWAN, Benjamin. *Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil*. University of North Carolina Press, 2016.

<sup>53</sup>Brasil. Decreto nº1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm)>. Acesso em: 28 de março de 2021.

considerados imorais. Programas de auditório, novelas, filmes e peças de teatro passaram por diversas categorias de censura antes de chegarem ao público.

Nesse esforço de intensificação dos ditames morais, o controle da normatividade feminina recebeu grande atenção uma vez que a posição já existente de domesticidade de mulheres passou a ser reforçada por veículos de comunicação e políticas repressivas específicas. A ideia da maternidade, dos cuidados familiares e da idolatria ao marido foram associados às condutas morais a serem seguidas. Por outro lado, comportamentos femininos que não estivessem em consonância com essa gramática social eram considerados condenáveis, sendo muitas vezes interpretados enquanto subversivos.

Este empreendimento moral não esteve restrito aos setores militares e ao Estado. De acordo com Carlos Fico, a política moral do período foi demandada, absorvida e ressignificada por grupos conservadores de cidadãos comuns, que viam a subversão como o aniquilamento da família tradicional brasileira e das instituições morais.<sup>54</sup> Contudo, se a ditadura militar teve uma pretensão totalizante, a “utopia autoritária” não pode controlar inteiramente desejos, comportamentos e afetos, mesmo conjugado a uma demanda dos conservadores da sociedade civil. Não por acaso, no final da ditadura diversos movimentos sociais e identitários surgiram ou ressurgiram com grande força, “em uma rica experiência de alianças e trocas interseccionais entre raça, gênero, classe e sexualidade.”<sup>55</sup>

Evidencia-se, portanto, que o acionamento por parte da Doutrina de Segurança Nacional da figura do “inimigo interno” foi um operador ideológico que buscou sustentar e justificar a ação repressiva do Estado brasileiro durante a ditadura militar. Segundo o regime, esse inimigo interno, associado ao comunismo, apresentaria perigo à “segurança nacional”, à “família tradicional” e aos “valores cristãos” da sociedade brasileira. Desta maneira, a política de combate aos “inimigos da nação” valeu-se de diversas camadas de violências, dentre elas, o uso de discursos morais nos campos dos costumes e sexualidades, que muito ecoavam entre grupos conservadores da sociedade civil.

---

<sup>54</sup>FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, Dec. 2002.

<sup>55</sup>QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 321.

Paralelamente à repressão e a estes discursos moralizantes, durante a ditadura militar os espaços urbanos brasileiros passaram por significativas transformações: festas, boates, praças e espaços de sociabilidade entre homossexuais cresceram mesmo com o autoritarismo e a violência do Estado em relação a estes grupos. Uma juventude engajada ocupava as universidades, ruas e bares. Grupos negros denunciavam o racismo e frequentavam festas de valorização da cultura afro-brasileira nos subúrbios das cidades. Associações de mulheres se reuniam para debater e reivindicar seu potencial reprodutivo através da pílula anticoncepcional. Formas de resistência foram se multiplicando e driblando, vezes mais, vezes menos, a “utopia autoritária”.

## Capítulo 2 - Protagonismos femininos e a crise moral

### 2.1 - Mulheres de Atenas

*“Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas  
Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas  
Elas não têm gosto ou vontade, nem defeito, nem qualidade”  
 (“Mulheres de Atenas” - Chico Buarque)*

Em 1976, em plena Ditadura Militar, Chico Buarque compôs a música *Mulheres de Atenas*, que constituiria parte do repertório musical da peça *Lisa, a mulher libertadora*, do dramaturgo Augusto Boal. Embora o enredo de Boal não tenha sido montado por divergências na direção, *Mulheres de Atenas* foi imortalizada sob a voz de Chico Buarque, tendo seu lançamento naquele mesmo ano no disco *Meus Caros Amigos*. Permeada de referências à antiguidade clássica e sem perder de vista o tom irônico característico das obras buarquianas, a composição de Chico fazia alusão a comportamentos femininos julgados exemplares, como o das mulheres atenienses, que “secam por seus maridos” e são “orgulho e raça de Atenas”.

Mesmo remodelada após ter sua primeira versão vetada pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas, *Mulheres de Atenas* foi capaz de denunciar por meio de metáforas e sarcasmo a subalternidade e o silenciamento femininos. Temas como dupla jornada, violência sexual e doméstica, infidelidade masculina e abandono de gestantes estão presentes na canção de Buarque, que utilizou de pano de fundo a sociedade ateniense para referir-se à Ditadura Militar.

Um ano antes do lançamento da canção, em 1975, discussões a respeito do divórcio se alargavam no espaço público, ganhando ainda mais notoriedade ao ser apresentada uma proposta de Emenda Constitucional que permitia a dissolução do vínculo matrimonial. Embora os votos tenham sido insuficientes naquela ocasião, a temática seguiu latente entre diversos grupos, que organizados conquistaram o direito ao divórcio em 1977, quando este foi instituído através da Lei 6.515/77. Naquela conjuntura de autoritarismo, uma forte agenda moral disputava espaço com as mudanças de sociabilidade assimiladas como transgressoras pelos setores conservadores.

Sobre este cenário de variações, Marcelo Ridenti<sup>56</sup> chama atenção para a cronologia que vai do final dos anos 1950 até a década de 1970. Segundo o

---

<sup>56</sup> RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Unesp, 2010.

sociólogo, este período foi marcado por mudanças profundas do modo de vida e do cotidiano brasileiro, que tiveram a inserção de novos padrões e bens de consumo. A década de 1950, conhecida como “anos dourados”, teve como características a acentuação da urbanização em escala mundial, o avanço da indústria no governo de Juscelino Kubitschek e a expansão do mercado internacional. Assim, parte das elites e das classes médias brasileiras desfrutaram de uma sensação de modernização nacional “rumo ao progresso”.<sup>57</sup>

As abundantes inovações de eletrodomésticos, tais como a geladeira, o liquidificador e a batedeira, transformaram os almoços e jantares, que além de novos utensílios, passaram a dispor de múltiplas possibilidades de alimentos disponíveis nas prateleiras dos supermercados. O ritmo intenso da industrialização também inseriu e popularizou os mais diversos produtos, desde os desodorantes e absorventes femininos aos novos itens de vestuário. Desta maneira, as metrópoles brasileiras, que cada vez mais se alargavam devido à urbanização, foram pouco a pouco ocupadas por cidadãos que vestiam jeans e saias mais curtas em novos espaços de lazer como piscinas, clubes e cinemas.<sup>58</sup>

No que concerne às performances de gênero, a revolução dos costumes ocorrida entre as décadas de 1950 e 1970 multiplicou as referências de feminilidades e masculinidades. A chegada da televisão associada ao cinema norte-americano constituiu-se como instrumentos poderosos das transformações de hábitos, popularizando e difundindo aspectos do “*American Way of Life*”, que desde os anos de 1940 se projetavam nacionalmente. Assim, não apenas a Coca-Cola passou a ser consumida entre a população: novos modelos e referências de homens e mulheres se tornaram bens de consumo.<sup>59</sup>

Sobre este aspecto, Elizabeth Taylor, Jayne Mansfield, Katharine Hepburn, Lana Turner e Marilyn Monroe foram algumas das muitas atrizes do cinema hollywoodiano que marcaram gerações de brasileiros. A combinação entre sensualidade e ingenuidade destas personalidades, associadas a seus cortes de cabelo, maquiagens e vestimentas inéditas, inaugurou uma nova estética feminina, que passou a ser objeto de desejo e reproduzida por diferentes grupos de uma

---

<sup>57</sup> FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

<sup>58</sup> Ibid.

<sup>59</sup> MOURA, Gerson. *Tio Sam Chega ao Brasil: A penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1985.

juventude classe média metropolitana. Galãs como Glenn Ford, James Dean, Marlon Brando e Tyrone Power estampavam as revistas de fofocas, que se empenhavam em explorar a vida dos “artistas de cinema”, quase sempre conjecturando sobre suas conquistas amorosas.<sup>60</sup>

Paralelamente, grupos conservadores da sociedade brasileira viam as novidades hollywoodianas como grandes corruptoras da moralidade e o cinema-norte americano como um vilão dos bons costumes. Na perspectiva dos defensores mais assíduos da moral, a indústria cinematográfica estadunidense, consumida cada vez mais ostensivamente por uma juventude classe média e abastada, seria responsável pela disseminação em território nacional de más influências e hábitos condenáveis. As cenas cinematográficas de mocinhas valentes e ambiciosas que se apaixonam por jovens impulsivos e desrespeitosos estariam envenenando a juventude brasileira.<sup>61</sup>

Assim, durante as duas décadas que precederam a Ditadura Militar, as sociabilidades foram se expandindo sucessivamente em consonância com as intensas transformações econômicas, sociais e políticas em curso. Ainda que tais mudanças tenham atravessado as classes populares, as elites econômicas e as classes médias de maneiras distintas, de forma geral homens e mulheres remodelaram seu cotidiano, costumes e estética, em um processo que multiplicou as subjetividades de gênero.

Parte destas transformações pode ser observada em jornais e revistas da época. Sobre este aspecto, Tânia Regina de Luca chamou atenção para a mobilização deste tipo de documentação como objeto de pesquisa histórica, ressaltando que o historiador deve considerar “condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado”<sup>62</sup>. Desta forma, os discursos presentes em jornais e revistas se apresentam enquanto uma grande ferramenta na análise de

---

<sup>60</sup> MOURA, Gerson. *Tio Sam Chega ao Brasil: A penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1985.

<sup>61</sup> BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*. In: DEL PRIORI, Mary (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>62</sup> LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 139.

diferentes aspectos presentes na sociedade, inclusive, no que concerne a papéis de gênero e suas transformações ao longo do tempo.

Aqui, faz-se fundamental apontar que desde a década de 1950, a expansão de mulheres de classe média no mercado de trabalho formal impulsionou maior qualificação feminina, provocando, também, o aumento da escolaridade desses sujeitos. Com mais mulheres letradas sendo remuneradas, nichos mercadológicos de leitura feminina foram pouco a pouco se expandindo. Assim, jornais de grande circulação ganharam uma sessão destinada a este público, enquanto revistas femininas passaram a circular com maior frequência.

Tratando-se de um importante instrumento de lazer consumido por diversas mulheres letradas, as diferentes revistas femininas que circularam na grande imprensa nas duas décadas que precederam a Ditadura Militar e durante o regime autoritário mostram transformações significativas em relação aos papéis de gênero. Embora grande parte deste material tenha em comum mensagens moralizantes, variando em alguns casos a gradação desses discursos morais, percebe-se que esta indústria incorporou gradualmente os novos padrões comportamentais referentes às mulheres. Assim, desde as publicações mais conservadoras, às mais liberais, este material funcionou também como meio de manutenção e reinterpretção de modelos de conduta esperados de mulheres.

Sobre este aspecto, Carla Bassanezi<sup>63</sup>, aponta que as revistas femininas reproduziam a mentalidade da época em que foram produzidas e, através da repetição de certos estereótipos, um modelo único de mulher ideal. Contudo, isso não significava que todas as figuras femininas agiam de acordo com o retratado e esperado, e sim, que existiam expectativas sociais que faziam parte da realidade destes sujeitos. Nesse sentido, esta gramática social influenciava diretamente as atitudes, pensamentos e escolhas de mulheres. A exemplo, Bassanezi aponta a estereotipização presente nas revistas femininas da década de 1950, as quais discursavam acerca da existência de dois tipos de mulheres, as *moças de família* e as *moças levianas*.

As revistas da época classificavam as jovens em moças de família e moças levianas. às primeiras, a moral dominante garantia o respeito social, a possibilidade de um casamento-modelo e de uma vida de rainha do lar -tudo o que seria negado às levianas. [...]As moças de família eram as que se portavam corretamente, de

---

<sup>63</sup> BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*. In: DEL PRIORI, Mary (Org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

modo a não ficarem mal faladas. Tinham gestos contidos, respeitavam os pais, preparavam-se adequadamente para o casamento, conservavam sua inocência sexual e não se deixavam levar por intimidades físicas com os rapazes. Eram aconselhadas a comportarem-se de acordo com os princípios morais aceitos pela sociedade, mantendo-se virgens até o matrimônio enquanto aos rapazes era permitido ter experiências sexuais.<sup>64</sup>

Percebe-se que mulheres eram atravessadas por um código rígido de moralidade de domínio geral: qualquer um poderia julgá-las e qualificá-las a partir de seus comportamentos. Portanto, ainda que figuras femininas nem sempre tenham performado condutas consideradas tradicionais e decentes, existia um risco de estigmatização que poderia afetar profundamente suas vidas e a vida de seus familiares e amigos.

Apesar das muitas rupturas em torno dos papéis de gênero fomentadas pela revolução dos costumes, de modo geral, ainda perdurou no imaginário social brasileiro uma concepção dicotômica de que existiriam mulheres decentes e mulheres imorais. Tal convicção, presente nos jornais e revistas mencionados, foi endossada, também, por muitos setores da Igreja Católica, que em 1960 agrupava em fiéis mais de 93% da população brasileira.<sup>65</sup> Assim, através das diretrizes, doutrinas e pregações moralizantes, este grupo religioso teve um papel importante na defesa dos “valores cristãos” e das “instituições tradicionais”, tais como a família, a moral, e os bons costumes- que foram associados a esfera privada e aos deveres de mãe e esposa.

Paralelamente, foi também no interior das igrejas católicas que em 1964 diferentes setores da sociedade se reuniram para conspirar contra o governo de João Goulart. Se colocando contra o “avanço comunista” no país e a favor da religião, da instituição familiar e da moral e os bons costumes, estes grupos realizaram um notável trabalho de mobilização pública contra Jango, que culminou nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade e, posteriormente, no golpe civil-militar. Aqui, faz-se importante salientar que, em geral, estas marchas que se espalharam por todo o Brasil foram fruto da organização de mulheres. Assim, embora o movimento

---

<sup>64</sup> BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*. In: DEL PRIORI, Mary (Org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006, p. 610.

<sup>65</sup> IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>

tenha sido composto por uma ampla coalizão, diferentes jornais se referiram às manifestações como “A Marchas das Mulheres”.<sup>66</sup>

Sobre este aspecto, Janaína Martins Cordeiro<sup>67</sup> reflete acerca da trajetória da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e seu apoio ao golpe de 1964. Fundada em 1962 na casa de Amélia Molina Bastos, no Rio de Janeiro, este grupo de mulheres católicas reuniu mais de 105 nomes que se colocavam em defesa dos valores cristãos. As reuniões que aconteciam na Igreja Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, e no auditório do Colégio da Imaculada Conceição, em Botafogo, reuniam sobretudo, mulheres donas de casa, que buscavam a preservação do modelo tradicional familiar e cristão.

Formando uma rede com outros grupos femininos católicos conservadores, como a União Cívica Feminina (UCF), em São Paulo, e a Cruzada Democrática Feminina, em Recife, a CAMDE buscava “alertar” a população para a necessidade do voto em candidatos que estivessem de acordo com os mesmos princípios das “senhoras cristãs”. Sua atuação esteve vinculada ao que consideravam a “defesa da instituição familiar”, que naquela conjuntura estaria sendo ameaçada pelas mudanças de sociabilidade e o comunismo. Sobre os valores familiares, Dona Amélia Molina Bastos, a fundadora da CAMDE, refletiu em entrevista publicada pela revista feminina Livro de Cabeceira da Mulher (1967):

Eu não sou a favor do divórcio porque considero o matrimônio um sacramento, quem o instituiu foi Cristo. Os ministros do sacramento são os próprios cônjuges, que vão construir uma família, que será um futuro de renúncias, de alegrias e tristezas. [...] Eu acho que a ordem natural das coisas ainda é aquela que nós tínhamos no Brasil, do namoro e noivado. Eu acho que isso faz sim uma preparação mais espiritual.<sup>68</sup>

Desta maneira, apesar de contarem com o extensivo apoio de instituições conspiratórias, como o IPES, e terem o aval de seus maridos, que estavam em consonância com o “trabalho cristão” de suas esposas em defesa da moralidade, é necessário ter em vista que estes grupos femininos não foram formados por simples cooptação. Diferente de algumas interpretações historiográficas que se centram em categorias como “manipulação”, Janaína Cordeiro aponta que a participação

---

<sup>66</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 33.

<sup>67</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

<sup>68</sup> Idem, p. 102.

política destas mulheres foi uma “opção consciente de militância conservadora em defesa de valores e instituições a partir das quais suas vidas eram organizadas”.<sup>69</sup>

Em 22 de março 1964 a CAMDE convocou às mulheres do Rio de Janeiro a irem às ruas contra o então presidente João Goulart. Na ocasião, o jornal *Diário de Notícias* serviu como disseminador do chamado feminino:

Convidamos as mulheres cariocas para uma manifestação cívica de fidelidade às liberdades democráticas que o comunismo tenta destruir em nosso país [...] A hora da reação é nossa, pois temos ainda, graças à democracia, o direito de falar e o respeito dos homens. [...] Defendamos nossos lares, defendamos nossa pátria. Já começamos a luta. Vamos lutar por um saneamento no Brasil, por uma vigilância cívica, pois a nós é dada a grande responsabilidade de povoar com bons brasileiros a nossa querida pátria. Que cada mulher seja um baluarte da democracia, uma defensora da liberdade e uma agente de Deus.<sup>70</sup>

Percebe-se que a Campanha da Mulher pela Democracia, assim como outros grupos femininos, atuava na esfera pública a partir de suas condições na vida privada. Isto porque, ao mobilizarem categorias como “defensoras do lar”, “mães” e “esposas”, se apresentando enquanto protetoras dos interesses da moral, de Deus e da nação, estas mulheres de classe média buscavam legitimidade e autoridade em meio à sociedade patriarcal e cristã a qual viviam. Assim, os atributos conferidos às “Mulheres de Atenas” e que eram reforçados na Igreja, nos meios de comunicação e em diferentes instâncias da vida cotidiana, possibilitaram a estas figuras femininas autoridade para atuar politicamente na esfera pública.<sup>71</sup>

Nesse sentido, diferentes entidades femininas tiveram um importante papel no golpe civil-militar e na construção e reprodução de uma mentalidade conservadora que vigorou por diversos grupos durante a ditadura. O projeto moral institucionalizado pelo Estado ao longo de duas décadas de regime, portanto, não se encerrava em si mesmo, estando intimamente vinculado à uma agenda moral que precedia a própria ditadura. A demanda destes setores conservadores da sociedade civil e a sua atuação política foram centrais também no fortalecimento de códigos morais rígidos designados às mulheres. Assim, se por um lado o Estado criou uma

---

<sup>69</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>70</sup> Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. (Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código PE. Caixa 38. Pasta 1). Recorte de jornal: “Mulheres vão às ruas lutar pelo Regime”. *Diário de Notícias*, 22 abr. 1964.

<sup>71</sup> SIMÕES, Solange de Deus. Deus, pátria e família. *As mulheres no Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

estrutura de regulação do feminino e do masculino, por outro, este empreendimento não estava dissociado da população, que participava ativamente desta experiência.

A complexidade deste regime autoritário, seus paradoxos e ambiguidades atravessaram, portanto, a questão feminina de forma latente. A existência de uma censura moral que buscava controlar e normatizar determinados comportamentos “moralmente aceitáveis” recaiu com grande intensidade às mulheres, que eram lidas enquanto seres infantilizados e que precisavam ser tutelados por homens: sejam seus maridos, pais ou o próprio Estado. Assim, a institucionalização da censura moral através do órgão da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) foi um importante agente regulador das feminilidades, que buscou estimular determinados comportamentos e moldar padrões sociais ao longo do regime.

A censura, portanto, pode ser um instrumento de estudo do projeto político e moral da Ditadura Militar, inclusive em uma perspectiva de gênero. Através da atuação múltipla do Estado e da interação da sociedade civil com estes órgãos, é possível recuperar aspectos da repressão e o colaboracionismo de muitos grupos. Nesse sentido, as cartas enviadas para a DCDP por diversas entidades civis apontam para um caráter muitas vezes oculto da censura moral: a sua construção por parte dos “cidadãos comuns”.

A Divisão de Censura de Diversões Públicas tornou-se conhecida sobretudo a partir dos anos de 1970, quando a obrigatoriedade do certificado de censura passou a circular nos cinemas, programas de TV e teatros. Entre 1968 e 1985, a DCDP recebeu mais de 200 cartas que, por vezes, eram encaminhadas primeiramente ao presidente da República ou ao ministro da Justiça, onde seus assessores direcionavam o material a DCDP. A maioria destas cartas eram escritas por homens, muitas vezes representando determinadas associações cívicas, empresas ou clubes. A motivação destes escritos esteve vinculada, sobretudo, às exibições da TV: desde filmes violentos, homossexualidade, promiscuidades femininas, “agressões” ao cristianismo, pornografia, menção a drogas e outros temas que, de acordo com os telespectadores, feriam a “moral e os bons costumes”.

72

As mulheres também escreveram para a Divisão, sendo a maioria delas as defensoras da moral e dos bons costumes que estiveram nas famosas Marchas da

---

<sup>72</sup> FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, Dec. 2002.

Família com Deus pela Liberdade. Muitas destas figuras femininas escreviam em nome da defesa dos valores tradicionais e se descreviam enquanto “mães de família” ou “idosas” que falavam pelos indefesos. “Prezada censura e amigos” era a fórmula que muitas cartas produzidas por mulheres e endereçadas à censura se dirigiam ao órgão, precedendo os pedidos de providências acerca da “crise moral”, da “delinquência juvenil” e “da corrupção dos lares”.<sup>73</sup> Ainda sobre a questão feminina, segundo Carlos Fico,

Em muitas cartas as mulheres eram tratadas como incapazes: ‘nossas mulheres, dotadas, mentalmente, igual à criança, absorvem todas essas imundícies [da TV]’. Um filme como *D. Flor e seus dois maridos* ‘só deveria ser exibido para homem’. De outro lado, a presença erótica de mulheres na TV, como no caso das que dançavam em programas de auditório, ofendia ou excitava, pois muitas reclamações quase chegavam a ser eróticas: ‘manecas despudoradas e de formação duvidosa’; ‘mulheres exibem sensualmente suas exuberâncias [...] balançando licenciosamente seus exuberantes mamões’. Mesmo a publicidade das ‘precauções da higiene feminina’ causava desconforto, inclusive entre algumas mulheres, que não gostavam de ser lembradas, a todo momento, de ‘nossa tão mísera condição’. Depois de assistir ao filme *A dama da lotação*, assim se expressou uma missivista: ‘sinto nojo de ser mulher. Estou com vergonha de me olhar no espelho’.<sup>74</sup>

Desta maneira, percebe-se que ao longo das transformações de costumes que se processaram na sociedade brasileira entre as décadas de 1950 e 1970, a agenda moral de grupos da sociedade civil encontrou um lócus de irradiação privilegiado no empreendimento autoritário da Ditadura Militar. A institucionalização desta demanda civil à luz do regime político da ditadura, bem como de suas especificidades, contou com o apoio de diversos grupos, que viam seus valores cotidianos ameaçados pelas mudanças de sociabilidade em curso e de uma suposta ameaça comunista.

Nesta conjuntura, ideais de feminilidade e masculinidade foram tipificados e reinterpretados, além de terem sido espalhados por meio da burocracia estatal e de diferentes veículos de informação. É fundamental, portanto, entender a feminilidade e masculinidade como não hegemônicas ao longo da história, uma vez que estas são construídas por meio de disputas que revelam, através das relações de gênero, dimensões referentes à ordem social, política, econômica, bem como as

---

<sup>73</sup> FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, Dec. 2002.

<sup>74</sup> Idem, p. 104.

relações de conflito existentes.<sup>75</sup> Nesse sentido, a análise das interações tanto do Estado quanto dos setores da sociedade civil que foram mobilizados pela “moral e os bons costumes” a atuarem em defesa de determinados modelos de homens e mulheres complexificam as interpretações acerca do período da ditadura militar, bem como a atuação de mulheres na luta contra este regime.

## **2.2 - Subverter, resistir e existir**

A atuação de mulheres durante a Ditadura Militar brasileira não se restringiu ao apoio ao regime ou a algum aspecto deste. No campo, nas favelas, nas igrejas, nas fábricas e nas universidades, mulheres buscaram lutar contra a ditadura vigente de múltiplas maneiras. Assim, ainda que a memória deste período tenha se centrado na oposição por parte daqueles que integraram o Movimento Estudantil e a luta armada, em diversos espaços figuras femininas compuseram um significativo papel contra o regime que aprofundava as desigualdades de gênero ostensivamente.

Em uma conjuntura de autoritarismo e, simultaneamente, de profundas transformações de costumes, a atuação de mulheres brancas de uma classe média cada vez mais evidenciada na cena pública se apresentou enquanto uma das grandes mudanças que se processaram no bojo da sociedade brasileira durante a Ditadura Militar. A expansão de movimentos femininos e feministas marcaram este período e, questionando velada ou abertamente o patriarcado, tensionaram diversas nuances de uma sociedade fortemente sexista.

Naquele contexto, a transgressão feminina dos papéis tradicionais que designavam a estas figuras o papel de esposa e mãe como os mais importantes em suas vidas, se alargou abruptamente. A chegada da pílula anticoncepcional na década de 1960 instituiu a autonomia sexual feminina com a possibilidade do controle da gravidez, fato inédito que repercutiu negativamente entre grupos conservadores.<sup>76</sup> Desta maneira, em meio a uma agenda moral institucionalizada pelo Estado, que ecoava fortemente entre diversos grupos da sociedade civil, os brasileiros passaram a conviver também com ostensivas demonstrações de subversão dos papéis de gênero tradicionais.

---

<sup>75</sup> QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

<sup>76</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. *Rev. direito GV*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 505-522, Dec. 2015.

Cabe aqui ressaltar que estas transgressões femininas tiveram diferentes contornos e manifestações a depender de elementos como raça e classe. A experiência de jovens brancas universitárias que viam em Simone de Beauvoir e seu “O Segundo Sexo” um grande aparato teórico de questionamento da dimensão sexo-gênero, se distinguiu fortemente de outras experiências de subversão feminina. Assim, diferentes associações de bairro, grupos femininos das comunidades eclesiais de base, movimentos de trabalhadoras e de mães da periferia se rebelaram e contestaram, à sua maneira, tanto o regime autoritário, quanto às concepções conservadoras defendidas e difundidas pela ditadura.<sup>77</sup>

Foi longe da guerrilha e das universidades que surgiu uma das maiores manifestações femininas contra o regime vigente. O Movimento do Custo de Vida (MCV) iniciou-se a partir dos encontros de bordado entre mulheres nas paróquias da periferia da Zona Sul de São Paulo. Em conjunto com grupos sindicalistas e com os Clubes de Mães, surgidos no bojo das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica durante a década de 1970, o MCV se fortaleceu por toda Grande São Paulo ao reivindicar melhorias de vida e direitos em uma conjuntura de aprofundamento das desigualdades sociais. A criação de creches, a implementação de luz e água encanada e a diminuição dos preços dos alimentos compuseram a agenda deste movimento liderado por mulheres, que se tornaram conhecidas também como “as mães da periferia”.<sup>78</sup>

No ano de 1978, o MCV levou às ruas mais de 20 mil pessoas, superando o controle dos militares, que fecharam as principais rodovias de São Paulo e impediram a circulação dos ônibus. Reunidos em um ato público na Praça da Sé, os manifestantes protestavam contra a política econômica da Ditadura Militar. Também conhecido como Movimento Contra a Carestia, o grupo ainda enviou ao General Geisel um abaixo assinado com mais de 1 milhão e 300 mil assinaturas, reivindicando o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, além do aumento dos salários acima do aumento do custo de vida. Os quase 7 quilos de papel foram considerados um atrevimento por parte do general, que deixou o

---

<sup>77</sup> RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018.

<sup>78</sup> MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. *'Como pode um povo vivo viver nesta carestia': o movimento do custo de vida em São Paulo (1973-1982)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

documento de lado e acusou as assinaturas de serem falsificadas. Por outro lado, as líderes do MCV se defenderam prontamente, explicando que as assinaturas eram de mães que rubricavam por seus filhos e por pessoas analfabetas, que assim como as que sabiam escrever, passavam fome.<sup>79</sup>

Uma das maiores lideranças do movimento, Ana Dias, aponta que o grupo que começou com o Clube das Mães e rapidamente se expandiu por São Paulo, era composto majoritariamente por mulheres donas de casa não-estudadas. Estas figuras femininas teriam enxergado as desigualdades fomentadas pelo regime e decidiram juntas lutar por seus direitos. Segundo Dias, a resposta do Estado foi agressiva: “Fomos xingadas, humilhadas, e era pela família, pelos irmãos. Nós éramos terroristas, comunistas. A igreja também jogava pedra. Nós íamos pra rua, e os homens se perguntavam: 'Essa é a mulher que saiu do fogão? Analfabeta?’”<sup>80</sup>

Percebe-se que o fato de mulheres estarem à frente de um dos maiores movimentos políticos de contestação da conjuntura fez com que a resposta do regime e de parcelas da sociedade julgassem a atuação destes sujeitos a partir de seu gênero. Assim, além de ter seu marido morto pelo regime, Ana Dias enfrentou também os julgamentos morais e sexistas daqueles que não concebiam a atuação política feminina de maneira evidenciada a qual o Movimento Contra a Carestia operava.<sup>81</sup>

Estes julgamentos não foram direcionados apenas às mulheres que integraram o Movimento do Custo de Vida. Inúmeros grupos femininos de oposição ao regime militar tiveram suas trajetórias políticas deslegitimadas e estigmatizadas por serem compostos por mulheres. De acordo com a historiadora Ana Colling, a militância política de figuras femininas durante a Ditadura Militar foi fortemente atacada uma vez que, aos olhos da repressão, a mulher militante seria duplamente inimiga do Estado. Isso porque estas mulheres estavam não apenas se colocando

---

<sup>79</sup> MARTINELLI, Flávia. *Maior movimento feminino contra ditadura veio de clube de mães da periferia*. Blog Mulherias, 30/03/2019. Disponível em <<https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2019/03/30/maior-movimento-feminino-contraditadura-veio-de-clube-de-maes-da-periferia/?cmpid=copiaecola>> Acesso em 04/05/2021.

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. *'Como pode um povo vivo viver nesta carestia': o movimento do custo de vida em São Paulo (1973-1982)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

contra a ditadura, mas paralelamente, estavam desviando dos papéis sociais estabelecidos que enclausuravam estes sujeitos no mundo doméstico.<sup>82</sup>

A distinção rígida entre o público e o privado destinava mulheres ao espaço do lar, estigmatizando aquelas que não estivessem em consonância com este papel social. Desta forma, muitas militantes foram julgadas a partir de uma gramática moralizante e que estava vinculada às concepções anticomunistas da Doutrina de Segurança Nacional, como “putas comunistas” e “terroristas”.<sup>83</sup> Esta maneira de desqualificar mulheres enquanto sujeitos políticos repercutiu fortemente entre setores da sociedade civil, que escandalizados com as transformações femininas em curso, acreditavam que aquelas que transgrediram os valores tradicionais e cristãos eram subversivas e imorais. Sobre este aspecto, Ana Colling reflete:

Nessa década, as mulheres, já organizadas, combinaram a luta contra ditadura e por melhores condições de vida, com a discussão dos problemas específicos das mulheres como sexualidade, contracepção, aborto, dupla jornada de trabalho e a discriminação econômica, social e política. Era como uma reação não-armada à repressão política. A questão do “específico feminino” é carregada no clima de contestação geral. A ação política da mulher no período da ditadura militar se dá, portanto, em duas frentes – na luta contra a repressão e na luta contra as desigualdades entre homem e mulher, respeitando as diferenças existentes.<sup>84</sup>

Nesse sentido, as mudanças de sociabilidade somadas à conjuntura política do regime militar teriam sido determinantes no processo de massificação da participação feminina na política. Desafiando o papel de gênero tradicional atribuído às mulheres, figuras femininas compuseram desde o movimento estudantil e a luta armada a partidos clandestinos, sindicatos e grupos da periferia de oposição ao regime.

Por outro lado, se parte dos grupos de apoio à Ditadura Militar levantava a bandeira da moral e dos bons costumes, fortalecendo a agenda conservadora do regime, por outro, inúmeros movimentos de resistência e contestação à ditadura reproduziam também um pensamento moralizante em relação às mulheres. Isto porque, setores da esquerda, muitas vezes, interpretavam a luta feminista e a luta pelos direitos das mulheres enquanto divisionistas do combate principal: a luta de

---

<sup>82</sup> COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPSIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015.

<sup>83</sup> Ibid.

<sup>84</sup> COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPSIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015. p. 377.

classes. Desta maneira, debates sobre a desigualdade de gênero não eram incentivados ou bem aceitos nesses ambientes.

A participação de figuras femininas em grupos de esquerda foi atravessada, portanto, por uma lógica conservadora dos papéis de gênero. De forma geral, estas mulheres raramente ocupavam espaços de lideranças entre seus grupos, tendo suas atuações circunscritas, sobretudo, aos setores de apoio ou atividades tradicionalmente designadas às mulheres, como as tarefas domésticas. Contudo, não se pode afirmar que o papel destas figuras femininas foi menos importante do que a de tantos homens que estiveram em postos de liderança. No caso da luta armada, o setor de apoio teve contribuição efetiva na luta revolucionária, compondo a maior parte das atividades da organização e que raramente são reconhecidas em seu grau de importância.<sup>85</sup> Assim, as incalculáveis tarefas cotidianas desenvolvidas por mulheres desse setor possibilitaram a atuação dos mais variados grupos de oposição, representando para estas figuras femininas um grande risco de vida.

Sendo a minoria na luta armada, muitas mulheres buscaram sua legitimidade enquanto sujeitos políticos performando comportamentos tidos como masculinos. Ao abdicar de debates sobre as "especificidades femininas" e abandonar o vestuário de costume, essas mulheres conseguiram ter, ainda que em um menor grau, voz dentro de seus grupos. A idealização do militante ideal a partir da imagem viril de Che Guevara ecoava dentro destes agrupamentos, que entendiam que uma postura masculinizada<sup>86</sup> estava necessariamente associada a um comprometimento político rigoroso.<sup>87</sup> Sobre este aspecto, Ignez Maria Serpa Ramminger, a única mulher na coordenação da VAR-Palmares no Rio Grande do Sul reflete:

Apesar de toda a dedicação à causa revolucionária, existia uma clara intolerância dos companheiros com pequenas vaidades femininas, tais como usar minissaia, salto alto, passar rímel nos cílios e pintar os lábios. Para minha surpresa, meu comportamento, considerado por eles como "pequeno burguês", foi pauta de uma de nossas reuniões. Sinceramente não gostei nenhum pouco e disse a eles que, mesmo na trincheira, não deixaria de usar batom. Estava na guerra com batom!<sup>88</sup>

---

<sup>85</sup> RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018.

<sup>86</sup> Do mesmo modo, a homossexualidade masculina não era bem-vista no interior de alguns grupos da esquerda tradicional, sendo associada a um comportamento afeminado. Herbert Daniel, em seu livro "Meu corpo daria um Romance (1984) aponta para o período que militou na Política Operária (Polop) e na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), onde teve que negar sua sexualidade em nome das práticas revolucionárias.

<sup>87</sup> MULLER, Angélica. O "acontecimento 1968" brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *Revista de História (São Paulo)*. v. 180, 2021, p. 9.

<sup>88</sup> RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. Na guerra com batom. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence et al. (Org.). *Ditadura de Segurança*

Nesse sentido, percebe-se que parte da esquerda revolucionária que lutava contra a Ditadura Militar não esteve invulnerável a reproduzir as estigmatizações sociais referentes às mulheres. Apesar de construírem uma forte oposição ao regime ao lado dessas figuras femininas, muitas vezes, destinavam a atuação destes sujeitos ao ambiente privado, negando-lhes a possibilidade da atuação em outro campo que não o doméstico. Paralelamente, as poucas ocasiões em que mulheres ocuparam um lugar de liderança nestes grupos, havia a exigência de que seus comportamentos fossem menos “femininos”.

O debate sobre gênero no interior das esquerdas se transformou significativamente a partir da experiência do exílio. Naquele contexto, muitas das pessoas que compuseram a luta armada saíram do Brasil pelo risco de serem sequestradas, torturadas e assassinadas pelo regime ditatorial vigente. Assim, diversas mulheres passaram anos no exílio, sobretudo, na França<sup>89</sup> e, por vezes, se encontraram sozinhas, sem seus companheiros e filhos. Foi através desta experiência que muitas mulheres tiveram contato com novas formulações feministas, que, naquele momento, encontravam-se em efervescência em países como a França e Estados Unidos.<sup>90</sup>

Estas discussões, travadas em âmbitos internacionais, se divergiam das pautas políticas dos grupos das esquerdas revolucionárias, os quais a maioria das exiladas fazia parte. Como já apontado, de um modo geral, para estes grupos “a luta pela causa específica da mulher era considerada inoportuna, inconveniente e divisionista”<sup>91</sup> e por isso a única batalha a ser travada deveria ser a da burguesia e do proletariado. Nesse sentido, a organização de exiladas políticas em grupos feministas foi, além de um lugar de criação de laços de solidariedade entre mulheres, um espaço de reconhecimento das desigualdades de gênero, que estas figuras viviam e não debatiam.

---

*Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 141-142.

<sup>89</sup> Em um primeiro momento, os destinos de maior fluxo entre os exilados foram o Chile e a Argentina. Contudo, os golpes que instituíram ditaduras militares nestes dois países, em 1973 e 1976, respectivamente, fez com que a Europa se tornasse um destino mais seguro, sobretudo, a França.

<sup>90</sup> PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *Artcultura*, v. 9, n. 14, 5 out. 2017

<sup>91</sup> COLLING, A. M. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPSSIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015, p.376.

Em Paris, as historiadoras Joana de Pedro e Cristiana Wolff destacam dois grupos: *Nosotras* e *Círculo de Mulheres Brasileiras*. Ainda que estas organizações apresentassem diferentes concepções teóricas e práticas, ambas foram fundamentais na “constituição da identidade de ‘mulher’ e na constatação de que as mulheres são iguais na ‘dor’ e no ‘inconsciente’”.<sup>92</sup> Além do reconhecimento de opressões compartilhadas, os grupos de mulheres exiladas tiveram um papel fundamental nas denúncias contra a Ditadura Militar. Portanto, estas atuações evidenciam protagonismos femininos na luta contra o regime autoritário também no âmbito internacional.

Sobre estas ações femininas operadas internacionalmente, Ângela Xavier de Brito, que atuou no *Círculo de Mulheres Brasileiras*, aponta para as estratégias utilizadas pelo grupo para sensibilizar os europeus a respeito do que estava acontecendo no Brasil e em outros países do Cone Sul:

[...] nas assembléias gerais e nos panfletos, elas tratavam, antes de tudo, de temas políticos como a solidariedade à luta das mulheres brasileiras, feministas ou não, e sobretudo às lutas das operárias, a defesa das presas políticas, a luta pela anistia, a luta do povo brasileiro contra a ditadura. Nos subgrupos, que se reuniam mais freqüentemente, as discussões sobre a vida privada e o cotidiano ganhavam ritmo, a criação de novos subgrupos sobre a sexualidade, o corpo, a maternidade, contribuiu para que brotasse novas relações entre elas e surgisse uma nova forma de solidariedade entre estas mulheres que por tanto tempo disto haviam sido privadas. Uma nova identidade se esboçava.<sup>93</sup>

A experiência do exílio foi, portanto, fundamental na tomada de consciência de opressões sofridas por mulheres. O contato com as discussões travadas pelo feminismo internacional significou um novo engajamento político por parte destas figuras femininas, propiciando, também, a mudança na narrativa e na produção de novas memórias acerca da Ditadura Militar.

Percebe-se que são inúmeras as experiências de mulheres no combate à Ditadura Militar. Desde os comitês e associações de bairro, que realizavam reuniões e mobilizavam a população a protestar contra o aumento da cesta básica,<sup>94</sup> à atuação de figuras femininas na luta armada e na guerrilha urbana, estas mulheres ousaram em subverter os ideais de feminilidade da conjuntura. Sua atuação política contra o

<sup>92</sup> PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. *Nosotras* e o *Círculo de Mulheres Brasileiras*: feminismo tropical em Paris. *Artcultura*, v. 9, n. 14, 5 out. 2017, p. 62.

<sup>93</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.217.

<sup>94</sup> RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018, p.134.

regime autoritário se expandiu em significado, uma vez que desafiaram, também, os papéis de gênero que designavam figuras femininas a estarem em seus lares, longe da atuação política da esfera pública.

Assim, em meio a um regime autoritário e moralizante, a atuação de mulheres durante a Ditadura Militar foi essencial tanto na construção e consolidação do regime, quanto no fortalecimento das muitas oposições a este. A interpelação destas memórias revela, além da intensificação das violências de ordem estrutural e a extensão das violações cometidas pelo Estado neste período, o forte engajamento feminino na luta política que muitas vezes é silenciado pela historiografia e pela documentação da época.<sup>95</sup> Faz-se, portanto, urgente a mobilização da memória da ditadura e, também, de sua agenda moral, de modo a revisita-las e reinterpretá-las, considerando outras nuances, como as relações de gênero e as demais relações de poder.

---

<sup>95</sup> JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Revista Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 10, n. 23, p. 204 - 251, abr. 2018.

## Capítulo 3 - Zonas mudas: retratos de atuações femininas

### 3.1- Encarando silêncios

Em julho de 1968 alunos da Universidade de São Paulo ocuparam o prédio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, localizado na Rua Maria Antônia, no centro da capital paulista. A ocupação organizada pelo Movimento Estudantil, se colocava contra a Ditadura Militar e suas políticas estudantis, como o acordo MEC-USAID<sup>96</sup> e a reforma universitária em curso. Durante julho e outubro de 1968, centenas de jovens estiveram presentes nesta organização estudantil, que se tornou conhecida também pela famosa Batalha da Maria Antônia<sup>97</sup>.

Dentre os muitos estudantes que estiveram presentes na ocupação da USP, Heloísa Helena Magalhães foi um dos nomes mais marcantes do episódio. A jovem, de então 21 anos, se passou por uma estudante de Letras durante a ocasião. Naquele contexto, Heloisa participou de diversas reuniões e assembleias, criando conexões entre diversos alunos e chegando, inclusive, a começar uma relação amorosa com o líder estudantil José Dirceu. Este último aspecto teria sido essencial na descoberta de que Heloísa Helena Magalhães, na verdade, seria uma espiã do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Em sua autobiografia, intitulada “Zé Dirceu: Memórias Volume I”<sup>98</sup>, José Dirceu narra o episódio com Heloisa, confessando que após muitas reuniões políticas juntos, durante a ocupação da USP, os dois jovens teriam se envolvido. Foi quando o líder estudantil percebeu como Heloísa, em certa ocasião, teria, em tom de brincadeira, tomado seu revólver 22, abrindo o tambor e olhando as balas: algo que levantou de imediato suspeitas, já que era incomum uma mulher tão jovem manejar uma arma com tanta intimidade. Este teria sido o início de uma grande desconfiança em relação à Heloísa Helena Magalhães, culminando em seu posterior

---

<sup>96</sup> Acordo firmado em Junho de 1965 entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), instituindo a colaboração entre Brasil-Estados Unidos no âmbito educacional.

<sup>97</sup> Em outubro de 1968, integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) vinculados à Universidade Presbiteriana Mackenzie invadiram a ocupação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) iniciando um violento conflito que resultou na morte do estudante secundarista José Guimarães. Naquela ocasião, os membros do CCC, que portavam armas de fogo e coquetéis molotov, só foram contidos com a intervenção da polícia.

<sup>98</sup> DIRCEU, José. *Zé Dirceu: Memórias Volume 1*. São Paulo: Geração Editorial, 2018.

sequestro dentro da Faculdade e na ida de estudantes até a casa onde a jovem residia, a fim de buscar indícios de colaboracionismo com a Ditadura Militar.

A invasão à residência de Heloísa por parte dos estudantes ocupados na USP rendeu a descoberta de materiais sigilosos, com nome de pessoas ligadas à política de oposição ao regime, integrantes do Movimento Estudantil, além de sua própria ficha funcional, que a designava como investigador padrão M-36, lotada na oitava divisão policial. A jovem, por fim, admitiu ser espiã, alegando receber por mês 3.300 cruzeiros novos do governo, o equivalente a cerca de 7.300,00 reais. Fora este montante, Heloísa disse auferir também uma gratificação mensal da agência norte-americana PONTO IV<sup>99</sup> e confessou ter contato com Mr. Mullings, cidadão norte-americano que chefiava a organização estadunidense em São Paulo.<sup>100</sup> Segundo a jovem, ela não seria a única a espionar aquele espaço universitário, chegando a entregar outros elementos infiltrados na USP, como o próprio secretário da Faculdade de Filosofia, Edgar Pinto. Por fim, em menos de uma semana, a espiã foi libertada após uma negociação entre a polícia e os estudantes, que exigiam em troca da jovem, o estudante João Carlos Figueiroa<sup>101</sup>, que se encontrava preso naquela ocasião.

Posteriormente, já solta, Heloísa negou as informações que havia dado antes aos universitários: para a imprensa, “Maçã Dourada”, como a jovem ficou conhecida, apontou que seu ofício não era de espiã, mas informante. Segundo a própria, sua intenção era evitar confrontos e, com seu esforço, teria impedido diversos choques policiais e o derramamento de sangue de tantos jovens.<sup>102</sup> Da mesma forma, o chefe do serviço secreto do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Celso Teles, deu algumas declarações à imprensa, onde manifestou que a agente na verdade tinha uma função apenas burocrática, se tratava de uma jovem sonhadora.<sup>103</sup> Portanto, o episódio na USP, segundo Teles, não se relacionava com a função de Heloísa no DOPS.

---

<sup>99</sup> O “Ponto IV” foi um programa de cooperação entre os países latino-americanos e os Estados Unidos. Considerado por muitos pesquisadores uma ferramenta de controle político e ideológico dos EUA sobre sua zona de influência no continente, a organização esteve presente nos mais variados setores nacionais, desde a agricultura e a educação, à economia, tendo sua atuação presente, também, no que concerne a atuação dos Estados Unidos nas Ditaduras do Cone Sul.

<sup>100</sup> “Estudantes escolhem seu caminho”. *A Tribuna*. São Paulo. 9 de Julho de 1968.

<sup>101</sup> João Carlos Figueiroa foi liberto.

<sup>102</sup> “A confissão de Heloísa”. *A Tribuna*. São Paulo. 10 de Julho de 1968.

<sup>103</sup> “DOPS sem participação em caso de sequestro”. *A Tribuna*. São Paulo. 8 de Julho de 1968.

O caso que foi amplamente divulgado e noticiado pelos veículos de comunicação da época apontou muitas vezes para Maçã Dourada enquanto uma moça sonhadora. Entre os muitos adjetivos usados para se referirem a jovem, está “rosto ingênuo”, “fantasiosa”, “espírito aventureiro” e “aparência inocente”. Assim, jornais de grande circulação como o *Correio Braziliense*, *Tribuna da Imprensa* e *Diário de Notícias*, mantiveram uma narrativa semelhante à produzida pelo DOPS no que se refere à atuação de Heloísa Helena. Isto não significa, contudo, que estes veículos de comunicação necessariamente trabalhavam em conjunção com o órgão repressor, que buscou em seus discursos para a imprensa mascarar a atuação da jovem enquanto espiã. Mas, sobretudo, aponta para uma construção sobre a figura de “Maçã Dourada” fundamentada em estereótipos de gênero que conferem àquela mulher a improbabilidade de atuar politicamente.

Nesse sentido, Heloísa Helena Magalhães, uma jovem branca e poliglota, vinda de uma família tradicional de Araçatuba, interior de São Paulo, não foi interpretada pela imprensa como um sujeito político atuante. Algumas reportagens chegaram inclusive a salientar a paixão da moça pelo Pato Donald e pela revista adolescente *Capricho*.<sup>104</sup> Em outras ocasiões, os jornais buscaram entrevistar seu pai, o senhor Júlio Magalhães, que apontou que “Maçã Dourada” participaria “dos ideais da mocidade”<sup>105</sup>, além de ser dona de uma imaginação fértil: o que teria motivado a mentira da jovem sobre sua conexão com o regime ditatorial. Da parte de Celso Teles, o chefe do DOPS, foi dito que o órgão teria aliviado as inverdades de “Maçã Dourada” em respeito ao seu pai, um senhor distinto e respeitoso.

Percebe-se que o evento que colocou em evidência Heloísa foi marcado pela utilização da estrutura moralizante de gênero a fim de desresponsabilizar a jovem por sua atuação enquanto uma agente infiltrada. Assim, a mulher que possuía em sua residência descrições das reuniões estudantis durante a ocupação da USP, incluindo os nomes dos participantes, planos de ação do Movimento Estudantil e a sua própria ficha funcional do DOPS, usufruiu da narrativa dos papéis tradicionais femininos, que conferiam ingenuidade e passividade às mulheres.

Durante a Ditadura Militar, inúmeras figuras femininas atuaram, assim como Heloísa Helena Magalhães, como agentes infiltradas do regime. Essas ações

---

<sup>104</sup> “É a Maçã Dourada”. *A Tribuna*. São Paulo. 2 de Agosto de 1968.

<sup>105</sup> “Maça Dourada é entregue ao pai”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 10 de Julho de 1968.

não se restringiram às colaborações com o Departamento de Ordem Política e Social. Outras instituições contaram com o expressivo trabalho de mulheres espãs, que se infiltrando em diversos grupos de esquerda, informavam as redes de informação da ditadura sobre as atividades e os integrantes destes círculos.

Em um levantamento do *Brasil doc.*, arquivo digital construído pela Universidade Federal de Minas Gerais, o tema “Informantes, infiltrados, agentes e centros de repressão”<sup>106</sup> conta com mais de 30 nomes de agentes secretos que trabalharam para o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) durante a ditadura. O expressivo número de 9 mulheres que, recebendo gratificações mensais em dinheiro, atuaram na delação de opositores à ditadura, apontam para uma complexa rede de espionagem do aparelho repressivo que não esteve restrita a um universo masculino. Nomes como Vera Lúcia Rodrigues de Carvalho, Sônia Maria Gonçalves, Marianise Oliveira Vasconcelos e Maria Nazaré Coelho são algumas destas figuras femininas, que conforme apontam os relatórios, atuaram entre 1967 e 1974 e vinham dos mais diversos locais sociais.

Sobre este último aspecto, no caso da agente Maria Tereza Ribeiro da Silva, sua trajetória enquanto espã do CENIMAR teve início quando a ex-militante comunista foi presa pelo regime ditatorial. Posteriormente, como informa sua ficha, Maria Tereza aceitou ser recrutada pelo centro de informações, pois precisaria do dinheiro para o sustento de sua filha e seus pais idosos. Por outro lado, a atuação de outras figuras femininas, como Matilde Matarazzo, aponta para a diversidade de sujeitos que cooperaram com o CENIMAR, uma vez que Matarazzo era, também, diretora da prestigiosa Faculdade de Letras da UFRJ.

É importante salientar que a complexa rede de informações do regime autoritário estava em constante comunicação, trocando informações não só a nível nacional, como também, internacionalmente, o que pode ser observado através da Operação Condor.<sup>107</sup> Assim, apesar do acervo disponível do CENIMAR conter 9 nomes femininos de agentes infiltradas, é possível perceber através da ficha institucional destas mulheres a ampla contribuição destes sujeitos em outros órgãos

---

<sup>106</sup> Documentação disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/3-informantes-infiltrados-agentes-e-centros-de-repressao/3-1-cenimar/>>

<sup>107</sup> A Operação Condor foi uma aliança político-militar ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980 entre os vários regimes militares do Cone Sul com os Estados Unidos. Sua criação teve como objetivo coordenar a repressão destas ditaduras, bem como eliminar os líderes das oposições políticas destes regimes.

do regime. Luiza Maria Benita Suppo de Almeida, por exemplo, havia trabalhado anteriormente no DOPS, chamando a atenção do Centro de Informações da Marinha após o seu bom desempenho na delação de militantes comunistas. Já Zaira Maria Aor Rittins se infiltrou em 1967 em uma célula da Ação Popular ao lado de seu marido, Janis Ivars, entregando preciosas informações do grupo de esquerda cristã ao DOPS e ao SNI.

Como informantes secretas, estas diferentes mulheres compuseram um aspecto imprescindível da rede repressiva da Ditadura Militar, entregando ao regime as mais diversas informações, desde localizações de aparelhos clandestinos a nomes de líderes sindicais. Suas atuações eram levadas tão a sério que recebiam diversos codinomes, como é o caso de Zilda Pereira Carvalho, que foi nomeada Sheila Maria Buarque de Azevedo e Sônia Maria Gonçalves, conhecida como agente XP-52.

Paralelamente, a atuação destas mulheres espiãs evidenciam um importante paradoxo. Se por um lado, a Ditadura Militar fortaleceu o discurso de que mulheres são seres domésticos, devendo destinar suas vidas à família e ao lar, por outro, o regime autoritário não abriu mão do desempenho de figuras femininas ao seu benefício enquanto agentes infiltradas. Assim, embora um ideal de feminilidade tenha sido postulado e robustecido por meio de uma agenda política e seus acionamentos morais, figuras como Heloísa Helena Magalhães se infiltraram em ambientes considerados subversivos, chegando inclusive a se relacionarem intimamente sem que houvesse um compromisso estável com os parceiros. Assim, a ditadura inseriu em seu complexo jogo político a atuação de diferentes mulheres, mesmo através de ações entendidas enquanto imorais pela própria gramática social conservadora que o regime buscou pregar.

Subvertendo os ideais tradicionais de gênero e ocupando espaços hegemonicamente masculinos, estas figuras femininas destoaram profundamente dos discursos de feminilidade produzidos pelo regime. Não por acaso, a atuação feminina nos órgãos de informação foi feita de forma velada, relegando estas mulheres à surdina e nunca a posições de poder, como chefes do Executivo, Ministras ou diretoras dos órgãos de informação. Por conseguinte, aquelas mulheres que ganharam notoriedade pelo regime, sendo estampadas enquanto modelos a serem seguidos, foram de forma geral moças, cristãs, esposas e mães. A exemplo, Antonieta Castelo Branco, a esposa do general Castelo Branco, chamada

carinhosamente de “Dona Nieta”, e os muitos grupos femininos católicos anticomunistas, que compuseram importante apoio a Ditadura Militar.

Nesse sentido, apesar das espãs terem sido essenciais no projeto autoritário da Ditadura Militar, munindo as redes de informação do Estado com diversos materiais e investigações, suas ações e trajetórias foram relegadas ao silêncio. Por trabalharem enquanto agentes infiltradas, as fontes produzidas pelo Estado que atestam suas atuações são limitadas e concisas. Da mesma maneira, a existência de uma forte agenda moral no período faz com que grande parte destas mulheres não tenha assumido suas histórias, que por vezes se chocaram com as concepções moralizantes da conjuntura. Soma-se a esta conjunção de silenciamentos, um processo de redemocratização profundamente marcado pela desresponsabilização do Estado pelos crimes cometidos. Assim, junto às diferentes ações ilegais da ditadura, foram emudecidas também as memórias das tantas mulheres que trabalharam veladamente para o regime autoritário.

Esta grande lacuna, ainda não abraçada integralmente pela historiografia, segue fortalecendo uma narrativa masculina sobre o período da Ditadura Militar brasileira, escancarando a urgência de encarar silêncios e complexificar as tantas atuações femininas do período. Portanto, o desafio de construção da memória do regime autoritário em uma perspectiva de gênero, passa necessariamente pelo esforço de ampliar olhares. Tais reflexões devem postular as dimensões dos discursos morais em torno do feminino e masculino, bem como suas estigmatizações, presentes não apenas entre os grupos que apoiavam e cooperavam com o regime, como também, às oposições.

### **3.2- De terroristas a ingênuas**

Em outubro de 1968, mais de 1000 estudantes foram surpreendidos pela chegada da polícia ao Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, São Paulo. O evento clandestino estudantil que tinha como propósito eleger o novo presidente da UNE, tornou-se objeto da retórica moralizante da repressão, quando a prisão de cerca de 700 destes jovens acompanhou a apreensão de caixas de pílulas anticoncepcionais que estariam entre seus pertences. Naquela ocasião, as

forças policiais apontaram os contraceptivos como demonstração da imoralidade do evento e de seus integrantes.<sup>108</sup>

No que se refere às mulheres presentes no congresso, Zuenir Ventura aponta que, “a polícia acreditava que a exibição [das pílulas] provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis.”<sup>109</sup> A reflexão de Ventura elucida a profunda dimensão política e pública da vida privada e sexual feminina, que nesta ocasião foi usada pelas forças policiais a fim de deslegitimar as estudantes perante a sociedade.<sup>110</sup> Como já debatido, durante a Ditadura Militar diversos grupos de civis e os próprios órgãos governamentais se ancoraram em pressupostos morais da vida privada, a fim de firmar a estigmatização de mulheres que não estivessem em consonância com os ideais de feminilidade postulados pelo regime. Assim, estes ditames morais reproduzidos pela polícia durante o episódio da prisão dos estudantes em Ibiúna, apontam para a existência da condenação de certos códigos de conduta.

Esta gramática social conservadora, que precedia a ditadura, se enrijeceu durante o regime, ganhando contornos próprios de acordo com a conjuntura vigente. Assim, em um contexto de Guerra Fria e de fortalecimento da propagação das ideias e diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, instaurou-se no bojo da sociedade brasileira a compreensão de que determinados comportamentos representavam o bem ou o mal, a moral ou o desvio, a ordem ou a desordem, o terrorismo ou o patriotismo.<sup>111</sup> Este entendimento maniqueísta foi incorporado enquanto política pelo regime autoritário, que buscou “aliar as questões morais à política,

---

<sup>108</sup> VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

<sup>109</sup> VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 35.

<sup>110</sup> É importante apontar que a regulação do potencial reprodutivo e da vida sexual feminina por parte da Ditadura Militar variou não apenas de acordo com as conjunturas específicas de cada temporalidade do regime, mas também, de acordo com as classes sociais às quais estas mulheres pertenciam. Desta maneira, no início dos anos de 1970 o regime associava a prática sexual de estudantes classe média à imoralidade, enquanto paralelamente patrocinava a entidade BEMFAM, que tinha como um dos objetivos o controle da natalidade no Brasil através da distribuição de pílulas anticoncepcionais e dispositivos intrauterinos entre mulheres das classes populares. Ver em: MARTINS, Cristiane Pereira. Reflexões sobre a canção Pare de Tomar a pílula e as representações sobre o feminino e o amor na obra de Odair José. In: XIII Encontro Nacional de História Oral - História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade, 2016, Porto Alegre-SC. Anais Eletrônicos, 2016. p. 1-11.

<sup>111</sup> RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018.

principalmente com quem lhe fazia oposição”.<sup>112</sup> Não por acaso neste contexto diversos grupos antagonistas à ditadura foram associados a terroristas e desordeiros, incluindo a juventude que integrava o Movimento Estudantil.

Percebe-se que tal empreendimento foi basilar na construção da imagem de jovens militantes enquanto libertinos, sobretudo, as mulheres, que quando se envolviam em atividades políticas eram interpretadas pela repressão “ou como prostituta[s] à procura de homens, já que os partidos políticos são espaços de atuação masculina, ou [como] homossexuais, ocupando espaços masculinos”.<sup>113</sup> Nesse sentido, a experiência específica de figuras femininas que integravam a oposição à Ditadura Militar foi permeada de discursos moralizantes e estigmatizantes, associados também à dimensão sexual de suas vidas.

Aqui, faz-se importante retomar a complexa e paradoxal conjuntura na qual a existência de uma agenda autoritária, empreendida pelo regime vigente, discrepava das significativas transformações da dimensão sexo-gênero processadas no interior da sociedade. Isto porque, a liberação sexual feminina proporcionada pela pílula anticoncepcional é acompanhada por profundas revisões comportamentais, como já discutido. Desta maneira, gerações de mulheres que cresceram sob rígidos códigos comportamentais e de repressão à sexualidade, passaram a discutir suas vidas sexuais, além de terem transgredido uma estética conservadora feminina a partir do uso de minissaias e biquínis. Também nesse contexto, o casamento, instituição considerada imaculada, tornou-se alvo de certa objeção, passando a ser questionado por diferentes grupos. Sobre estas mudanças de sociabilidade femininas, Ana Colling reflete,

Os anos 1970 irão marcar uma reviravolta do movimento feminista, que coloca no centro das discussões a relação homem-mulher. Começa-se a ler e escrever muito sobre a sexualidade nesta época. As revistas femininas, como *A Cláudia*, por exemplo, que tinham suas páginas ocupadas exclusivamente por dicas de culinária, corte e costura, decoração, moda e beleza, agora escrevem sobre a família, o casamento, o corpo e o amor. Nas livrarias, em cada três livros, um tratava de questões sexuais. Sexo agora era tema de palestras e diálogos entre as pessoas.<sup>114</sup>

---

<sup>112</sup> COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPSIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015, p. 375.

<sup>113</sup> COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPSIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015, p. 379.

<sup>114</sup> COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPSIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015, p. 375.

Verifica-se, portanto, que em meio ao regime autoritário e moralizante da Ditadura Militar, o debate sobre sexualidade se expandiu por diversos grupos da sociedade brasileira. Seja no interior das universidades, onde os valores da contracultura se firmavam,<sup>115</sup> ou nas revistas femininas, que reatualizavam ideais de condutas destes sujeitos, as transformações referentes à dimensão do gênero e da sexualidade foram profundamente significativas.

Por outro lado, estas mudanças de sociabilidade foram muitas vezes contestadas pelo regime vigente, que seguiu propagando um discurso moral de estigmatização de mulheres a partir de seus comportamentos. Segundo Maria Claudia Badan Ribeiro, estes ditames morais da ditadura transformaram a própria materialidade do corpo em objeto de informações subversivas, de modo que desde o vestuário feminino à barba masculina por fazer, diferentes sujeitos foram lidos enquanto libertinos e potenciais inimigos da nação. Ribeiro ainda aponta que,

[...] foi nas relações entre mulheres e na normatividade que se refere ao feminino onde se viu uma regulação concreta, ordenada, drástica e sistemática, punida com humilhação pública e com o estigma social da mulher transgressora, da rebelde, da mulher que passou a ocupar o espaço público varrendo para longe a ideia do sexo frágil. Tais comportamentos eram considerados afrontas não apenas ao patriarcalismo da sociedade, mas a ditadura e ao pensamento conservador castrense.<sup>116</sup>

Percebe-se que desde o uso de anticoncepcionais por parte de mulheres de classe média à forma que os demais aspectos da vida de figuras femininas eram experimentados, o Estado buscou produzir narrativas em torno destes sujeitos. Assim, a tipificação do feminino por parte da Ditadura Militar significou, também, a estigmatização daqueles cidadãos que divergiam dos ideais de gênero tonificados por este regime. Concomitantemente, mulheres que atuavam abertamente contra a ditadura foram estigmatizadas e rotuladas enquanto “terroristas”, “putas” e “subversivas”, além de terem sido, por diversas vezes, reduzidas a estarem buscando atenção de homens ou agindo de acordo com as ordens de seus companheiros.

A construção da estigmatização de mulheres que militaram contra a Ditadura Militar pode ser constatada em diversos veículos de informação. Uma das

---

<sup>115</sup> MULLER, Angélica. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *Revista de História (São Paulo)*. v. 180, 2021.

<sup>116</sup> RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 56.

figuras mais procuradas pelo regime, Iara Iavelberg, teve sua imagem reproduzida por múltiplos jornais da época, sendo caracterizada quase sempre enquanto “terrorista” e “amante”. A jovem proveniente de uma tradicional família judia de São Paulo foi formada em Psicologia pela USP, chegando inclusive a dar aula no curso preparatório da faculdade de Filosofia desta Universidade. Com uma substancial carreira acadêmica, que incluiu o cargo de instrutora voluntária da Faculdade de Filosofia da USP e a docência no curso de psicologia da FMU, Iara teve uma expressiva atuação no ambiente estudantil.

Para além do meio universitário, Iara Iavelberg compôs diferentes frentes de oposição ao regime militar, integrando numerosos grupos da luta armada. Sua ativa participação na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), na VAR-Palmares e no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) são exemplos de uma expressiva militância e comprometimento com a causa revolucionária. Contudo, a intensa trajetória de Iavelberg foi silenciada muitas vezes pelos jornais de grande circulação, que se referiam à jovem enquanto a “terrorista amante de Lamarca”<sup>117</sup>. Assim, a construção da imagem de Iara pela imprensa foi predominantemente marcada por Carlos Lamarca enquanto protagonista da ação política e Iara enquanto sua concubina.

Em 20 de agosto de 1971, o assassinato de Iara Iavelberg, classificado pela Ditadura Militar enquanto suicídio<sup>118</sup>, foi noticiado pelo *Jornal do Brasil* sinalizando que “a amante do ex-capitão, Iara Iavelberg, se suicidou com um tiro no coração”<sup>119</sup>. De maneira similar, outros jornais abordaram o acontecimento, se ancorando em uma narrativa onde a natureza do relacionamento de Iavelberg e Lamarca era o cerne do próprio episódio. Naquelas circunstâncias a mídia chegou inclusive a divulgar parte da carta escrita por Lamarca que seria direcionada à sua

---

<sup>117</sup> “Lamarca morre em choque no interior da Bahia”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 20 de Setembro de 1971.

<sup>118</sup> De acordo com o relatório da Operação Pajussara, o apartamento onde Iara Iavelberg se encontrava foi cercado de policiais e, afim de evitar ser capturada, a jovem teria cometido suicídio. Contudo, é importante apontar que esta versão dos fatos foi produzida pela própria Ditadura Militar, através do DOI-CODI, sendo mais tarde contestada por peritos, que viram inconsistências e contradições na versão do regime. Em 2003, após ter seu corpo exumado, o laudo produzido pelo médico Daniel Romero Muñoz aponta para o assassinato de Iara, concluindo que Iavelberg teria sido morta na operação de 1971 em decorrência da ação dos agentes presentes no cerco.

<sup>119</sup> “Lamarca morre em choque no interior da Bahia”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 20 de Setembro de 1971.

companheira, sendo apontada pelo *O Jornal* enquanto uma “carta-diário escrita à sua amante suicida”.<sup>120</sup>

Das amplas colunas que disseminaram pelo país a morte de uma das opositoras políticas mais procuradas pelo regime, percebe-se que a figura da amante, terrorista e suicida, foi fortemente encarnada por Iavelberg. A ampla repetição destas classificações por parte dos veículos de informação aponta não apenas para uma recusa da participação feminina na política, como também, para um esforço de construção negativada desta militância por meio de acionamentos morais.

Atuações como a de Iara e de diversas outras figuras femininas na luta contra a Ditadura Militar foram alvo da tentativa de desqualificação e silenciamento por parte de diferentes instituições, desde segmentos da imprensa à burocracia estatal. No caso das mulheres, este empreendimento frequentemente se debruçou na condição específica de gênero, de modo que as opositoras ao regime autoritário foram associadas a uma condição de imoralidade feminina. Nesse sentido, aquelas que militavam contra o regime vigente se encontravam em um lugar social diametralmente oposto das concepções de feminilidade idealizadas pela ditadura e pelos demais grupos conservadores da sociedade civil.<sup>121</sup>

Por outro lado, a concepção do regime em torno das mulheres como seres passivos foi o que possibilitou o Movimento Revolucionário 8 de Outubro a produzir uma das maiores ações contra o regime: o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick. Isto porque, em 1969, a militante Vera Sílvia Magalhães<sup>122</sup>, se apropriou de sua condição enquanto mulher para conseguir informações sobre a rotina de Elbrick, chegando a flertar com o chefe da segurança da embaixada dos Estados Unidos. Vera foi a única figura feminina a participar desta ação revolucionária, tendo sido peça fundamental no desenvolvimento deste empreendimento: justamente por ser mulher, seu envolvimento com os empregados da Embaixada não gerou qualquer desconfiança.

Nesse sentido, percebe-se que o silenciamento e a subestimação de figuras femininas durante a Ditadura Militar, possibilitaram um ônus relativo a estes

---

<sup>120</sup> "Exército aponta os crimes de Lamarca". *O Jornal*. Rio de Janeiro. 21 de Setembro de 1971.

<sup>121</sup> COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OP SIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015.

<sup>122</sup> Vera Sílvia Magalhães também foi conhecida enquanto “loira 90”, por realizar expropriações em bancos portando armas e vestida com uma peruca loira.

sujeitos. Isso porque, no bojo da existência de um padrão de costumes e moralidade, diversas mulheres souberam se apropriar dos discursos moralizantes de gênero, transformando-os também em um instrumento de autopreservação. Assim, seja na imprensa, no Departamento de Ordem Política e Social, na Justiça Militar ou nas múltiplas camadas do cotidiano, os ideais de feminilidade que designavam mulheres ao espaço do lar, do casamento e da religião, se tornaram também poderosas ferramentas que compuseram a resistência feminina na luta contra o regime autoritário.

Neste vasto e incalculável repertório de trajetórias onde a atuação feminina foi travada também através do silêncio e da palavra não conflituosa, as experiências de mulheres na Justiça Militar devem ser pautadas. Isto porque, como aponta Marco Aurélio Vannucchi em sua análise dos processos da Justiça Militar<sup>123</sup> contra jovens da ALN<sup>124</sup>, a condenação dos réus por parte deste órgão baseava-se em papéis de gênero normativos que estavam em consonância com a moral do regime.<sup>125</sup> Segundo Vannucchi,

[...] o desfecho processual dependia de outros fatores que não apenas a comprovação da autoria e da materialidade do crime. Tratava-se de conhecer a atuação social de réus e vítimas e, conseqüentemente, sua adesão a modelos de comportamentos previstos para homens e mulheres.<sup>126</sup>

Verifica-se que os processados pela Justiça Militar tinham suas acusações e absolvições vinculadas também às identidades de gênero normativas postuladas pela ditadura. Em contraponto, sujeitos que se apresentavam enquanto desviantes ou vinham de um universo socialmente marginalizado, tal como a população negra e LGBT, encaravam critérios de julgamentos mais duros por parte dos procuradores, advogados e juízes.<sup>127</sup>

<sup>123</sup> Em 1965, com a decretação do Ato Institucional nº 2, tanto militares quanto civis que infringissem a arbitrária Lei de Segurança Nacional passaram a ser processados na Justiça Militar.

<sup>124</sup> COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPISIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015.

<sup>125</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio. Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

<sup>126</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio. Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 49.

<sup>127</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio. Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Naquele contexto, a ascensão da participação feminina nos movimentos de oposição à ditadura implicou na ampliação de mulheres enquanto réus na Justiça Castrense. Muitas destas figuras femininas souberam utilizar da ética moralizante e dos ideais de feminilidade da ditadura enquanto uma ferramenta de autopreservação. Em suas defesas, clientes e advogados apelaram para diferentes recursos, inclusive a própria estética feminina: aspectos como “aparência angelical” e “jovem inofensiva”, foram citados como forma de sensibilizar juízes e ministros do Tribunal Militar. Outras vezes, mulheres simularam estarem loucas e desconhecerem o que tinham feito.<sup>128</sup> A despeito destes expedientes utilizados por mulheres na Justiça Militar, a socióloga e militante Albertina Costa lembra que,

Naquela cultura, uma mulher podia alegar que agiu por amor ao namorado, marido, pai ou filhos, atenuante inaceitável para homens, que como se sabe, agem por convicção ou quando muito por amor pela pátria. Antes de ser presa ouvi de amigas que haviam passado pela experiência que era possível fazer-se de boba. A probabilidade de ser crível como idiota era, a meu ver, inegavelmente maior para as mulheres. É bem verdade que muitos militantes se recusaram a exibir marcas de gênero, fingindo desempenhar papéis tradicionalmente femininos, embora mais tarde durante o julgamento do processo este viesse a ser um conselho usual de advogados para obter a redução de penas.<sup>129</sup>

Percebe-se que, assim como Albertina Costa, muitas figuras femininas se apropriaram dos valores patriarcais do regime e agindo sobre eles, protegeram-se das duras penas deste ramo judiciário. Assim, a gramática social que exacerbou as desigualdades de gênero, se tornou um recurso em situações que poderiam gerar as mais violentas consequências para a vida destas mulheres. Por outro lado, se estas estratégias se apresentaram enquanto um recurso de defesa das presas políticas, para os ministros do Tribunal Militar e para a própria ditadura vigente, esta posição assumida por muitas militantes reafirma a narrativa do regime de que a mulher seria naturalmente um ser doméstico e passivo. Nesse sentido, a estratégia destes sujeitos foi amplamente aceita na Justiça Castrense, uma vez que ao se apropriarem dos valores da ditadura, estas mulheres reforçavam as figuras superficiais de esposas e mães de família.

---

<sup>128</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio. Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

<sup>129</sup> COSTA, Albertina. “Memórias do Cárcere de uma feminina ex post”, In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.) Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul, Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 281-282.

Antonieta Campos da Paz, foi uma das muitas militantes que passaram pela Justiça Militar. Integrante do Partido Comunista Brasileiro, e posteriormente da Ação Libertadora Nacional (ALN), a trajetória de Antonieta atravessou desde os movimentos pela liberdade das mulheres, aos protestos contra a carestia. Seu contato com a política se deu no interior da Igreja Católica através da catequese de crianças pobres. Neste ambiente, a jovem pode refletir sobre a miséria, se convencendo progressivamente dos ideais comunistas enquanto uma alternativa à desigualdade social. Assim, Nieta, como era chamada, se filiou ao PCB, dedicando-se também à Liga de Defesa Nacional, onde tricotava meias, luvas e agasalhos para os moradores do Parque Proletário da Gávea.<sup>130</sup>

Sobre a questão específica da mulher, Antonieta participou de inúmeras associações femininas, tendo fundado em 1947 a revista *Momento Feminino* e, mais tarde, integrado a Liga Feminina da Guanabara. Para a militante, era importante compreender os problemas das mulheres uma vez que “numa sociedade machista como a nossa, não se podia exigir demais das companheiras, sob pena de ver muitos casamentos desfeitos”.<sup>131</sup> Além disso, Nieta atuou fortemente nas periferias de Petrópolis e do Rio de Janeiro, realizando trabalhos de catequese e organizado núcleos de mulheres trabalhadoras nas zonas populares destas cidades.<sup>132</sup>

Durante o “Estado Novo”, a prisão de seu marido e de seu sogro, ambos militantes do PCB, não minimizou o engajamento político da moça. Naquela ocasião, Nieta atuou enquanto mensageira, passando de forma clandestina recados e informações aos presos através de um papel fino costurado em pijamas. Contudo, em 1949, foi sua vez de ser presa, quando o recolhimento de assinaturas pela paz e sua forte oposição à Guerra da Coreia lhe resultou no cárcere.

Mais tarde, com a instituição da Ditadura Militar, Antonieta aderiu aos ideais da luta armada, militando contra o regime através da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Em 1972, aos 61 anos, suas atividades no grupo guerrilheiro resultaram em sua prisão e a de outros militantes, que passaram por torturas físicas e psicológicas ao serem capturados pelo regime. Como aponta o boletim produzido

---

<sup>130</sup> RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018.

<sup>131</sup> Idem, p. 111.

<sup>132</sup> MULHERES COMUNISTAS NOS 99 ANOS DO PCB. Partido Comunista Brasileiro, 2021. <<https://pcb.org.br/porta12/27070/mulheres-comunistas-nos-99-anos-do-pcb/>> Acesso em: 03/06/2021.

pelo SNI, em 4 de abril de 1972, Dona Nieta cedia sua casa no Jardim Botânico para “guarda de material e pessoal da ALN”, além de ter sido “realizado, na [sua] casa, um curso de explosivos”.<sup>133</sup>

Assim, Antonieta tornou-se ré na Justiça Militar, sendo posteriormente absolvida em um processo amparado pelo reconhecido advogado Técio Lins e Silva. Naquela ocasião, a defesa de Nieta se ancorou fortemente nos ideais de feminilidade idealizados pelo regime autoritário. Sobre este aspecto, em depoimento Lins e Silva refletiu sobre o caso da seguinte maneira:

“Eu me vali muito da figura que D. Nieta representava, sobretudo, sua aparência e seu jeito meigo. Insisti muito junto ao juiz, uma pessoa que se tornou um querido amigo meu. Acho que cheguei a levar Dona Nieta lá para que a conhecessem e o juiz pudesse constatar o que eu dizia acerca de sua inocência. Os tratadistas da prova penal, dentre eles Malatesta, falam da capacidade para o delito. Eu me valia dessas lições para dizer que D. Nieta era ‘moralmente incapaz para o delito’. Isto é, uma senhora daquela idade, com aquela formação moral, não seria capaz de estar fazendo as coisas que estava sendo acusada. E tinha o agravante dela ter sido torturada, uma covardia em se tratando de uma pessoa da idade dela...”<sup>134</sup>

Percebe-se que os estereótipos de gênero referentes à feminilidade se tornaram o norte da defesa de Antonieta Campos da Paz. Seu forte engajamento político foi absolvido em detrimento da exploração dos signos que a militante carregava: uma senhora elegante, viúva e inocente. Desta maneira, atuações, como a de Antonieta, possibilitaram aos réus e advogados encontrarem uma brecha em direção a autopreservação dentro de um sistema violento e autoritário.

A percepção de domesticidade em torno do papel social feminino não esteve circunscrita à Justiça Militar, se fazendo presente em diversas camadas da burocracia estatal. Em um regime que buscava regular a vida privada, o cotidiano de mulheres militantes foi marcado por estratégias de subversão e autopreservação política das mais variadas, inclusive, a partir dos estereótipos de gênero. Estas redes invisíveis de atuação foram experimentadas de forma ampla: desde sujeitos que alegavam agir por amor ao namorado, a mulheres que se faziam de bobas, performando ingenuidade perante os órgãos de repressão.

As manobras políticas em torno das concepções de feminilidade foram utilizadas por mulheres também na tortura, prática aderida pelo Estado durante a

<sup>133</sup> Serviço Nacional de Informação (SNI). ATIVIDADES DE ELEMENTOS TERRORISTAS. 4 de Abril de 1972. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72044643

<sup>134</sup> PAZ, Mariza Campos da. Nieta dos Campos da Paz. Rio de Janeiro, Mauad X, 2012, p. 44.

Ditadura Militar. Isto porque, como foi relatado nas Comissões da Verdade, as próprias instituições repressivas foram atravessadas por concepções de gênero normativas. Sobre este aspecto, as experiências das militantes políticas indicam que os torturadores se enfureciam quando figuras femininas não transpareciam dor. Isto porque, de acordo com as percepções de feminilidade, mulheres seriam naturalmente fracas e indefesas. A postura diametralmente oposta por parte de militantes que conseguiam esconder o resultado de intensas sessões de tortura fazia com que estes agentes intensificassem suas práticas de violência, chegando por vezes a associar verbalmente estas mulheres a homens. Além disso, a violência sexual<sup>135</sup> foi utilizada enquanto tortura e instrumento de poder e dominação, vivenciada inclusive por presos políticos com o objetivo de “feminiliza-los”.

A despeito deste cenário de violência sistemática, a experiência de Áurea Moretti, militante comunista, aponta para a importante dimensão da encenação em meio à dor enquanto prática de resistência. Segundo Moretti, "uma vez quando um deles começou a me bater, eu menstruei, ele pensou que fosse hemorragia, e eu fingi que desmaiei, ele começou a me ajudar a levantar e lavou meu rosto".<sup>136</sup> Zilda Xavier Pereira, importante quadro da ALN que teve seus dois filhos assassinados pelo regime, também recorreu ao fingimento a fim de se proteger: após uma longa sessão de tortura, a militante simulou ter enlouquecido, sendo transferida para o Pinel, de onde posteriormente conseguiu fugir.<sup>137</sup>

Desta maneira, verifica-se que seja no âmbito da tortura, ou das experiências cotidianas, inúmeras mulheres buscaram sua autopreservação a partir da invisibilidade, da mentira, do silêncio e da encenação. No bojo de um regime autoritário marcado pela extrema violência e uso irrestrito da força, estas figuras femininas souberam se apropriar e ressignificar as concepções marcadamente moralizantes da Ditadura Militar. Assim, a ideia da maternidade, a idolatria ao marido e a aparente ingenuidade e fraqueza feminina foram utilizadas enquanto recursos de autopreservação às sujeições repressivas do regime autoritário.

---

<sup>135</sup> BRASIL. *Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescente*. In: Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014

<sup>136</sup> SILVEIRA, Frei Manoel Borges da; GOMES, Saulo; CASTRO, Moacyr (Org.) *A coragem da Inocência de Madre Maurina Borges da Silveira*. Brasília: DF: ABAP, 2014, p. 65.

<sup>137</sup> RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 522.

Por outro lado, é importante salientar que este tipo de prática implicou no silenciamento de diversas experiências femininas no que tange a memória do período. Isto porque, essas ações eram executadas justamente de maneira que não evidenciavam as reais intenções de seus autores. Os registros elaborados pelo DOPS e por outras instituições não são capazes, portanto, de mapear a militância política de diversos sujeitos, sobretudo, a atuação feminina que se deu através das “ações invisíveis”. Assim, estes desempenhos não constam nas documentações produzidas pelo regime, resultando em uma grande lacuna na memória do passado recente brasileiro.

Para dar respostas satisfatórias às complexas questões que envolvem a militância feminina na Ditadura Militar, Maria Claudia Badan Ribeiro aponta para a necessidade de “tecer tramas mais complexas e nuançadas das experiências de luta”.<sup>138</sup> Nesse sentido, a recuperação dos pensamentos da época no que concerne gênero e moralidade, bem como a ampliação das concepções de luta, devem ser um fio condutor nos debates das memórias do período. Faz-se imprescindível resgatar o pano de fundo no qual diferentes mulheres buscaram agir perante um regime que tinha como um dos propósitos excluí-las enquanto sujeitos políticos atuantes.<sup>139</sup> Além disso, a História Oral e o cruzamento de fontes devem auxiliar no resgate das diferentes camadas de ações, uma vez que certos desempenhos só podem ter seu sentido recuperado a partir do testemunho.

As variadas estratégias executadas por mulheres em amplos expedientes tiveram um importante papel enquanto práticas políticas de resistência e de contestação ao regime. Ainda que estas manobras tenham sido interpretadas enquanto sutis, elas foram fundamentais no desgaste da Ditadura Militar, uma vez que possibilitaram não apenas o resguardo de seus próprios autores, como a proteção da ampla rede de oposição ao regime vigente. Desta maneira, o uso destas ferramentas aparentemente invisíveis deve ser pautado e tematizado enquanto prática de agência e resistência, sobretudo em situações de forças desproporcionais, como na Ditadura Militar.

---

<sup>138</sup> RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 53.

<sup>139</sup> RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 62.

## Conclusão

Como pretendeu-se mostrar neste trabalho, a Ditadura Militar brasileira foi marcada pela institucionalização de uma forte agenda moral. Com o apoio de setores conservadores e anticomunistas da sociedade civil, o regime operou através de diferentes camadas de violências, utilizando-se também de discursos moralizantes nos campos dos costumes, gênero e sexualidades. Assim, a “utopia autoritária” buscou controlar tanto o público, como o privado. As relações sociais, afetivas e familiares se tornaram razão de Estado, que, por meio de acionamentos morais, fortalecia gradativamente a ideia do “cidadão de bem” e do “inimigo interno”.

Naquele contexto, tanto o feminino, quanto o masculino foram tipificados, fazendo com que homens e mulheres se tornassem um espelho do próprio regime. Em contrapartida, aqueles que desviavam dos padrões normativos foram relegados à estigmatização, espionados, perseguidos e, por vezes, assassinados. Dessa maneira, a ditadura buscou combater não apenas seus opositores políticos, mas, também, aqueles que não estavam em consonância com os espectros morais do regime.

No que concerne às especificidades do discurso ditatorial em relação às mulheres, buscamos ressaltar os ideais de feminilidade produzidos pela ditadura. Em uma conjuntura marcada por profundas mudanças de sociabilidade, a Ditadura Militar dedicou-se em fortalecer, por meio de diferentes políticas governamentais, a passividade e domesticidade de mulheres, relegando-as ao espaço do lar, da família e da religião. Paralelamente, a ascensão de opositoras políticas ao regime se apresentou enquanto um elemento duplamente destabilizador da ordem vigente. Isso ocorreu porque essas figuras femininas que se apresentavam cada vez mais ostensivamente eram, além de adversárias à ditadura, transgressoras dos valores morais e patriarcais.

No bojo da existência de um padrão de costumes e moralidade, diversas mulheres souberam se apropriar dos discursos moralizantes de gênero, transformando-os em poderosos instrumentos de autopreservação e atuação política. Foi justamente por meio da subestimação relegada às mulheres que diferentes sujeitos atuaram ativamente durante o regime vigente. Dessa maneira, pretendemos recuperar o pano de fundo que possibilitou que figuras femininas

agissem tanto na oposição, quanto no apoio ao regime, a partir do silêncio, da encenação e da invisibilidade.

Ao mapear trajetórias de mulheres que se utilizaram de “redes invisíveis” de atuação política, evidenciou-se que muitas dessas ações foram omitidas pelas documentações produzidas pelo aparelho repressivo. Essa grande lacuna segue fortalecendo uma narrativa masculina sobre a Ditadura Militar, além de escancarar a urgência de encarar silêncios e complexificar as tantas atuações femininas durante o regime. Assim, o desafio de construção da memória do regime autoritário em uma perspectiva de gênero, passa, necessariamente, pelo esforço de ampliar olhares. Tais reflexões devem postular as dimensões dos discursos morais em torno do feminino e masculino, bem como suas estigmatizações, presentes não apenas entre os grupos que apoiavam e cooperavam com o regime, como também, nas oposições.

Estas memórias, que foram, por tanto tempo, silenciadas, têm sido revisitadas, sobretudo, em um contexto de alargamento e diversificação territorial dos programas de pós-graduação no Brasil. A ascensão do campo da História das mulheres no país também tem impulsionado pesquisas na área, de modo a expandir produções narrativas de protagonismos femininos. Nessas pesquisas, os relatos de ex-presos políticos, foram fundamentais por apontarem para as múltiplas facetas das atuações femininas na ditadura.

Nesse sentido, a criação de leis referentes a acervos documentais foi, também, fundamental no processo da construção de uma memória da Ditadura numa perspectiva de gênero. A transferência de parte da documentação produzida por órgãos não mais existentes do regime ditatorial ao Arquivo Nacional, em novembro de 2005 e, posteriormente, a criação do Centro de Referências das Lutas Políticas do Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, no ano de 2009, cumpriram um importante papel por reunir um vasto acervo sobre o período, que até então, era inacessível.<sup>140</sup> Estas iniciativas foram fortalecidas pela Lei de Acesso à Informação (n. 12.527), sancionada pela então Presidenta da República e ex-guerrilheira Dilma Rousseff, em novembro de 2011, que garantiu o direito ao acesso dos cidadãos às informações públicas.<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Revista Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 10, n. 23, p. 204 - 251, abr. 2018.

<sup>141</sup> JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Revista Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 10, n. 23, p. 204 - 251, abr. 2018.

Neste mesmo ano, a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) por parte do governo brasileiro impactou fortemente a produção de narrativas acerca da Ditadura Militar. Este órgão temporário teve como objetivo esclarecer as violações de Direitos Humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre os anos de 1946 e 1988, abrangendo, portanto, o período da Ditadura. A elaboração de um relatório por parte desta instituição mostrou-se muito significativo por suscitar a urgência de repensar as vítimas do regime para além dos intelectuais, estudantes e daqueles que integraram a luta armada. Nesse contexto, os movimentos sociais foram imprescindíveis por terem pressionado, de distintas maneiras, que fossem incorporados ao relatório final da CNV eixos temáticos que contemplassem as violações contra povos indígenas, homossexuais, trabalhadores urbanos, camponeses e mulheres.<sup>142</sup>

No que concerne às mulheres, o espaço da Comissão Nacional da Verdade foi reconhecido por diversas vítimas da ditadura como um lugar de denúncia das violências praticadas pelo sistema repressivo que haviam sido silenciadas até então.<sup>143</sup> Os relatos destas figuras femininas apontaram para práticas de violências físicas e psicológicas que se vinculam especificamente às relações de gênero, e que foram tematizadas em um dos capítulos do relatório final da CNV.<sup>144</sup> Por outro lado, o depoimento destas mulheres também reforçou o esforço por parte do autoritarismo na criação de tecnologias repressivas, bem como de dispositivos disciplinares, que tinham como função moralizar a sociedade. Assim, este documento destacou que as diversas atuações femininas durante o regime foram orientadas e impactadas por uma gramática social moralizante.

Estas lacunas historiográficas vêm sendo exploradas e rompendo gradualmente com a visão de que a Ditadura Militar teria sido liberal nos costumes. A interpelação de histórias que foram silenciadas revela, além da extensão das violações cometidas pelo Estado neste período, um projeto moralizante que se difundiu de maneira complexa e, por vezes, contraditória, sendo inclusive

---

<sup>142</sup> JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Revista Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 10, n. 23, p. 204 - 251, abr. 2018.

<sup>143</sup> WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; OLIVEIRA, Núcia A. S. de. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: perspectivas recentes*, op. cit.

<sup>144</sup> O Capítulo 10 do Segundo Volume do Relatório, intitulado “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes” foi fruto dos esforços de um Grupo de Trabalho de gênero associado aos depoimentos das vítimas da Ditadura Militar. Ver em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/oriasreveladas.gov.br>

apropriado por mulheres. Faz-se, portanto, urgente a mobilização da memória da Ditadura Militar, de modo a revisitá-la e reinterpretá-la, considerando outras nuances, como as relações de gênero e suas imbricações com a moral e as demais relações de poder.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Djair Lázaro de. *Educação moral e cívica na Ditadura Militar: um estudo de manuais didáticos*. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade de São Carlos. São Paulo, 2009.

BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*. In: DEL PRIORI, Mary (Org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OP SIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015.

COLLING, Ana Maria. *A resistência das mulheres à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

COSTA, Albertina. “*Memórias do Cárcere de uma feminina ex post*”, In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.) *Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul*, Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

COWAN, Benjamin. *Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil*. University of North Carolina Press, 2016.

D'ARAÚJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. *Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil republicano. O tempo do regime autoritário. Ditadura militar e redemocratização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DIRCEU, José. *Zé Dirceu: Memórias Volume 1*. São Paulo: Geração Editorial, 2018.

DREYFUSS, Rene Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, capítulo VII.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, Dec. 2002.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. *Hist. Educ.* Santa Maria, v. 19, n. 45, p. 85-102, Apr. 2015.

GREEN, James Naylor. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo, Unesp, 2000.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Revista Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 10, n. 23, p. 204 - 251, abr. 2018.

MARTINELLI, Flávia. Maior movimento feminino contra ditadura veio de clube de mães da periferia. *Blog Mulherias*, 30/03/2019. Disponível em <<https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2019/03/30/maior-movimento-feminino-contra-ditadura-veio-de-clube-de-maes-da-periferia/?cmpid=copiaecola>> Acesso em 04/05/2021.

MARTINS, Cristiane Pereira. Reflexões sobre a canção Pare de Tomar a pílula e as representações sobre o feminino e o amor na obra de Odair José. In: *XIII Encontro Nacional de História Oral -História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade*, 2016, Porto Alegre-SC. Anais Eletrônicos, 2016. p. 1-11.

MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. *'Como pode um povo vivo viver nesta carestia': o movimento do custo de vida em São Paulo (1973-1982)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MULLER, Angélica. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *Revista de História* (São Paulo). v. 180, 2021.

MOURA, Gerson. *Tio Sam Chega ao Brasil: A penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1985.

PADRÓS, Enrique Serra. *Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas*. In: FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América latina. Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PAZ, Mariza Campos da. *Nieta dos Campos da Paz*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2012.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *Artcultura*, v. 9, n. 14, 5 out. 2017

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* (São Paulo), v. 24, p. 77-98, 2005.

PRESOT, Aline. *Celebrando a 'Revolução'*: as marchas da família com Deus pela liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no Século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. Na guerra com batom. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 135-158.

RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVEIRA, Frei Manoel Borges da; GOMES, Saulo; CASTRO, Moacyr (Org.) *A coragem da Inocência de Madre Maurina Borges da Silveira*. Brasília: DF: ABAP, 2014.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família*. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. *Rev. direito GV*, São Paulo , v. 11, n. 2, p. 505-522, Dec. 2015.

VANNUCCHI, Marco Aurélio. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou* . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; OLIVEIRA, Núcia A. S. de. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: perspectivas recentes. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis , v. 23, n. 3, p. 861-866, dez. 2015.